

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO- MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**Patrimônio histórico-arquitetônico como marca de qualificação da paisagem
de Quissamã: identidade cultural, poder e consumo**

Demian Garcia Castro

**Rio de Janeiro
2005**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Demian Garcia Castro

**Patrimônio histórico-arquitetônico como marca de qualificação da paisagem
de Quissamã: identidade cultural, poder e consumo**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Geografia da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em
Geografia**

Orientador: Prof. Dr. Glaucio José Marafon

**Rio de Janeiro
2005**

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CTC/C

C355 Castro, Demian Garcia.
Patrimônio histórico-arquitetônico como marca de qualificação da paisagem de Quissamã : identidade cultural, poder e consumo / Demian Garcia Castro.- 2005.
113f. : il.

Orientador : Gláucio José Marafon
“Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Geociências. Departamento de Geografia.”

1. Patrimônio histórico – Quissamã (RJ) - Teses. 2. Identidade cultural - Teses. 2. Poder - Teses. 3. Consumo - Teses. I. Marafon, Gláucio José. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Geociências. Departamento de Geografia. III. Título.

CDU 911.53(815.3)

Demian Garcia Castro

Patrimônio histórico-arquitetônico como marca de qualificação da paisagem de Quissamã: identidade cultural, poder e consumo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Geografia.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Glaucio José Marafon – Orientador
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. João Rua
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Miguel Ângelo Ribeiro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof.a. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa
Universidade Federal de Uberlândia

Agradecimentos

Agradeço aqui a algumas pessoas que participaram de alguma forma na minha vida neste período de mestrado.

- Aos meus familiares que sempre me apóiam: o meu pai, por toda ajuda dada na elaboração desta dissertação, a minha mãe que sempre acredita que eu vou conseguir as coisas, minha irmã que eu sempre implico, e minha tia, meu tio e meu primo por todo o carinho.
- Ao professor e amigo Glaucio José Marafon, por aceitar mais uma vez ser meu orientador, por sua enorme paciência e pelo trabalho que desenvolve como coordenador do NEGEF.
- Ao professor João Rua pela sua criatividade e brilhantismo acadêmico, além da sua fina ironia.
- Ao professor Miguel Ângelo Ribeiro pelas diversas mesas que participamos para a divulgação do “Revistando o Território Fluminense”, pelo seu bom humor e estresse constante.
- A professora Zeny, pela sua participação no exame de qualificação e por elevar o nome da Geografia da UERJ através de sua produção na Geografia Cultural.
- Aos Professores Hindenburgo Pires, Mônica Sampaio, Gilmar Mascarenhas e Jorge Marques, pela formação no curso de mestrado.
- Ao professor Paulo César Gomes, pela oportunidade de assistir a sua matéria como ouvinte.
- À professora Vera Lúcia Salazar Pessoa, por aceitar o convite para integrar a banca de defesa desta dissertação.
- À CAPES pela bolsa concedida.
- Aos professores do Curso de Sociologia Urbana, Maria Josefina Sant’Ana, Cléia Schiavo, Rosane Prado, Simone Ponde e Edmilson Rodrigues.
- Ao Zé Luiz, pelo companherismo e pela boa vontade de sempre, e pelas diversas angústias compartilhadas neste período de dissertação.

- Aos meus grandes amigos e irmãos que há muito tempo compartilham diversos momentos comigo: Fernando e Arlindo. E também ao Ninho pelo seu jeito Constanza.
- Ao Fabrício, pelo seu apoio e por estragar as coisas ao entregar os trabalhos antes.
- Ao João Fanfarrão, pelo momento em que passamos “contundidos” e por todo apoio acadêmico ou não.
- Ao João Gabriel, pelo seu companherismo e seu jeito “irreverente”.
- Ao ex-novos negefianos, Marcos e Sol, patos da sinuca da Lapa.
- Vítor, Téia e Taís, pelo abrigo em Santa e pelos nossos saudáveis e filosóficos cafés da manhã.
- À Clarice, minha cineasta favorita.
- Ao pessoal do CONJAB: Paulo, Cláudio, Charles, Conceição, Mariângela e Ana Luzia.
- Ao apoio dado pelo pessoal do Ciléa: Alexandre, Mara, Iê, Silvana (valeu pela lapiseira), Jorge, Marquinhos, Zé Ricardo, Zé Antônio, Rai, e a todos os outros. Também ao pessoal da SEMED, Angélica e Norma.
- Ao Lenine, Pedro Luiz e a Parede, Cordel do Fogo Encantado e Zeca Beleiro, os mais tocados neste período.
- À Marisa e sua equipe da Secretaria de Turismo de Quissamã, pela enorme boa vontade em cooperar com esta pesquisa.
- Ao Salvador da EMATER, a Isabel da Quissolmar e a Leninha do Centro Cultural Jesus Edésio, interlocutores muito importantes neste trabalho.
- À população de Quissamã, que colaborou na realização deste trabalho.

RESUMO

Objetivamos com esta dissertação compreender/analisar o patrimônio histórico-arquitetônico legado do período áureo do açúcar no município de Quissamã. Este patrimônio será estudado como marca de qualificação da paisagem, simultaneamente marca e matriz para as ações da sociedade local, como expressão/simbolização das relações de dominação históricas no município, e como, hoje em dia, este ao mesmo tempo em que atua na construção de uma identidade local, serve como possibilidade de renda monopolista no mercado do turismo cultural.

Palavras-chave: Patrimônio; paisagem; identidade cultural; poder; consumo.

Abstract

The present dissertation has the objective to comprehend/analyze the historical-architectural heritage legate from the golden period of sugar cane in the municipality of Quissamã/RJ. That heritage was studied as a mark of qualification of the landscape, mark and matrix for the action of local society, as a expression/symbolization of historical relationship of domination in municipality, and nowadays, this heritage acts on the formation of the local identity and it plays as a monopolistic rent possibility on the market of cultural tourism.

Lista de fotos e Figuras

Foto 1 – Fazenda Quissamã	02
Figura 1 – Mapa de Localização de Quissamã.....	08
Foto 2 – Quissanet	24
Figura 2 – Viagens diárias de ônibus de e para Quissamã.....	25
Foto 3 – Fazenda Mandiqüera.....	44
Figura 3 – Mapa de Tombamentos.....	64
Foto 4 – Coreto e Igreja Matriz	70
Foto 5 – Prefeitura de Quissamã	70
Foto 6 – Paisagem Canavieira	76
Foto 7 – Engenho Central de Quissamã	76
Foto 8 – Casa Mato de Pipa	85
Figura 4 – Logomarca da prefeitura de Quissamã.....	89
Foto 9 – Senzala da Fazenda Machadinha.....	92
Foto 10 – Fazenda Machadinha	92

Sumário

Iniciando...	01
Capítulo 1 – Re-criação do patrimônio:	
identidade cultural, poder e consumo	11
1.1 Reinventado o patrimônio em um mundo globalizado	12
1.2 As origens da noção de Patrimônio.....	28
1.2.1 Caracterização de monumento.....	28
1.2.2 Caracterização de patrimônio.....	29
1.3 Políticas de preservação.....	32
1.3.1 Panorama histórico.....	33
1.3.1.1 A renovação da noção de patrimônio nos anos 70 do século passado.....	33
1.3.2.2 As políticas governamentais de tombamento de bens culturais e o nacionalismo.....	36
1.3.2 Olhar crítico sobre as políticas de preservação de patrimônios.....	39
1.4 A democratização do patrimônio.....	40
Capítulo 2 – Um olhar sobre o estudo da paisagem:	
Construindo uma base geografia para a discussão do patrimônio.....	43
2.1 A paisagem e sua morfologia	48
2.2 Novas abordagens no estudo da paisagem.....	51

2.3 Buscando uma alternativa aos enfoques polares da paisagem...	57
2.4 Paisagem, identidade e poder	59
Capítulo 3 – O patrimônio como marca de qualificação da paisagem	
de Quissamã: identidade cultural, poder e consumo.....	63
3.1 O processo de modernização no município de Quissamã.....	67
3.2 A paisagem marca e matriz para da sociedade de Quissamã e sua relação com o consumo cultural.....	78
3.3 A constituição do patrimônio arquitetônico de Quissamã e o poder da família Araruama.....	83
3.4 As políticas para a re-criação do patrimônio de Quissamã.....	88
3.4.1 A fazenda Machadinha como “alma” re-criada de Quissamã.	90
Reiniciando...	94
Referências Bibliográficas	99
Anexos	108

Iniciando...



Foto 1: A antiga sede da Fazenda Quissamã é um exemplar representativo do Patrimônio histórico-arquitetônico do município.

Uma pesquisa científica, como afirma Becker (1977), sempre vai estar contaminada por simpatias pessoais e políticas. Segundo este autor a questão não é se devemos ou não tomar partido, já que inevitavelmente adotaremos uma posição, mas sim de que lado estaremos. Dessa forma, podemos nos perguntar: nossa simpatia para com os grupos sociais pesquisados podem afetar o resultado da pesquisa?

A sociologia do conhecimento alerta-nos para diferenciar entre a verdade de uma afirmação e uma avaliação das circunstâncias nas quais esta afirmação é realizada. Daí surgem, então, as acusações de *bias* (existem diversas traduções possíveis para esta palavra: viés, inclinação, tendência, preferência, porém na linguagem antropologia a palavra normalmente não é traduzida). O problema que se coloca é ter certeza de que, a despeito de qualquer ponto de vista, a pesquisa estará a contento para o bom trabalho científico, e nossas inevitáveis simpatias não tirarão a validade de nossos estudos.

Faz-se necessário deixar claro o limite do que estamos estudando. Desta forma, o primeiro passo é estabelecer de que forma nos colocamos perante o objeto de pesquisa e como esta se desenvolveu.

Esta pesquisa começou a ganhar corpo ao longo do curso de mestrado. Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UERJ, pretendíamos estudar as implicações territoriais decorrentes do turismo e dos *royalties* do petróleo, a partir dos municípios de Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e Armação dos Búzios.

Esse projeto de pesquisa representaria o aprofundamento das reflexões iniciadas em nossa monografia de Graduação sobre a (re)estruturação espacial da

Região das Baixadas Litorânea. Porém, no segundo semestre do curso de mestrado, outras questões começaram a nos despertar a atenção.

O fato de realizar paralelamente uma pós-graduação *lato sensu* em Sociologia Urbana muito influenciou nessa mudança de olhar e nos permitiu descobrir novos temas que poderiam ser abordados em uma dissertação.

A realização da disciplina Tópicos Especiais sobre Estudos Urbanos com a Professora Cléia Schiavo, que ministrou aulas sobre Memória e Cidade, despertou nossa atenção ao percebermos que este tema poderia ser abordado pela Geografia. No nosso curso de mestrado, em aulas da disciplina Geografia e Turismo, lecionada pelo professor Miguel Ângelo Ribeiro, foram desenvolvidas discussões sob a ótica do turismo cultural.

Destacamos, aqui, também, a importância da disciplina Teoria da Geografia, ministrada pelo Professor Paulo César Gomes, no curso de Pós-Graduação em Geografia, oferecido pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que acompanhamos como ouvinte.

Conduzindo suas aulas, o professor Paulo César Gomes sempre incentivava os alunos a fim de produzirem trabalhos acadêmicos que trouxessem algo de novo à Geografia, fugindo à mesmice em que se encontram os trabalhos acadêmicos nesta área do conhecimento. Ao longo do curso, uma das preocupações fundamentais era a de estabelecer o que é uma pesquisa propriamente geográfica, que, segundo o que foi colocado, seria definida por uma abordagem própria desta ciência.

Instigados pelo desafio apresentado pelo professor Paulo César Gomes, chegamos ao tema da pesquisa: o patrimônio. Começamos a pensar que a

Geografia teria um importante papel nesta discussão muito realizada pela história, pela arquitetura, pela antropologia e pela sociologia, e um pouco negligenciada pelos geógrafos, principalmente os brasileiros. Nossa abordagem começou a ser construída através do conceito de paisagem, diferenciando nossa pesquisa das relacionadas às outras áreas do conhecimento citadas.

Em nossa experiência dentro do Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (NEGEF), onde pudemos participar como bolsista durante três anos da graduação e continuamos a fazer parte durante o curso de mestrado, vislumbramos, no interior do estado do Rio Janeiro, um importante campo de pesquisa, no sentido da necessidade de haver um esforço dentro da Universidade de desvendar e colaborar para uma melhor compreensão/explicação do nosso estado.

Dessa forma começamos a amadurecer o tema do patrimônio histórico-Arquitetônico no interior do estado do Rio de Janeiro, no qual demos destaque as fazendas provenientes dos períodos áureos do café e do açúcar. Este trabalho começou então a ganhar forma no final do segundo semestre do mestrado e início do terceiro semestre, com o aumento da carga de leituras sobre o assunto e começo de uma melhor sistematização do que viria a ser esta pesquisa.

Durante o seminário de mestrado (qualificação), redirecionamos o nosso foco para o município de Quissamã, onde começamos a melhor enxergar as relações entre o que estava sendo discutido teoricamente com nossas observações empíricas, onde estas mesma realimentavam a discussão teórica.

A participação durante três anos do projeto Diagnóstico Sócio-ambiental do município de Quissamã, nos levou a colaborar em diversos trabalhos relacionados

a este projeto. Participamos da equipe técnica do livro “Quissamã: em busca de novos caminhos” (Rua, 2000), participamos como autor da obra coletiva “Atlas escolar do município de Quissamã” (Rua & Marafon, coordenadores, 2001), chegando a ministrar um curso para os professores locais quanto à utilização deste Atlas e, além disso, também pudemos acompanhar de perto a elaboração das pesquisas de Marafon & Castro Barbosa (2001), Rua (2003) e Souza (2003).

O município de Quissamã colocava-se para nós como um interessante laboratório de pesquisas, onde, talvez, a Universidade poderia demonstrar que teria algo a dizer, e muito a ouvir, frente aos variados processos em curso.

Apesar da distância que separa Quissamã da cidade do Rio de Janeiro, já havíamos estabelecido certa relação de proximidade com este lugar. Neste município fluminense muito aprendemos e também tentamos tornar nosso conhecimento, elaborado a partir dessa realidade, mais útil. Sempre ocupamos de direcionar nossos estudos ao grupo social estudado para que este o realmente com críticas e talvez faça uso de suas idéias.

Assim começamos a desenvolver esta dissertação que objetiva entender como o patrimônio histórico-arquitetônico marca e qualifica a paisagem do município de Quissamã. Para o desenvolvimento de nossa investigação, partimos do levantamento dos seguintes questionamentos: Como o Patrimônio Histórico-Arquitetônico marca e qualifica a paisagem de Quissamã? Essa questão suscitou outras: Quais são as diferentes representações constituídas em torno do Patrimônio? Como articular a discussão do Patrimônio Histórico-Arquitetônico dentro de um olhar geográfico? Qual o papel atribuído atualmente ao Patrimônio Histórico-Arquitetônico do município de Quissamã?

Para a operacionalizar este trabalho foi feito um levantamento bibliográfico, principalmente nas bibliotecas da Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, do IPPUR e da Pós-Graduação em Memória Social e Documento da UNI-RIO.

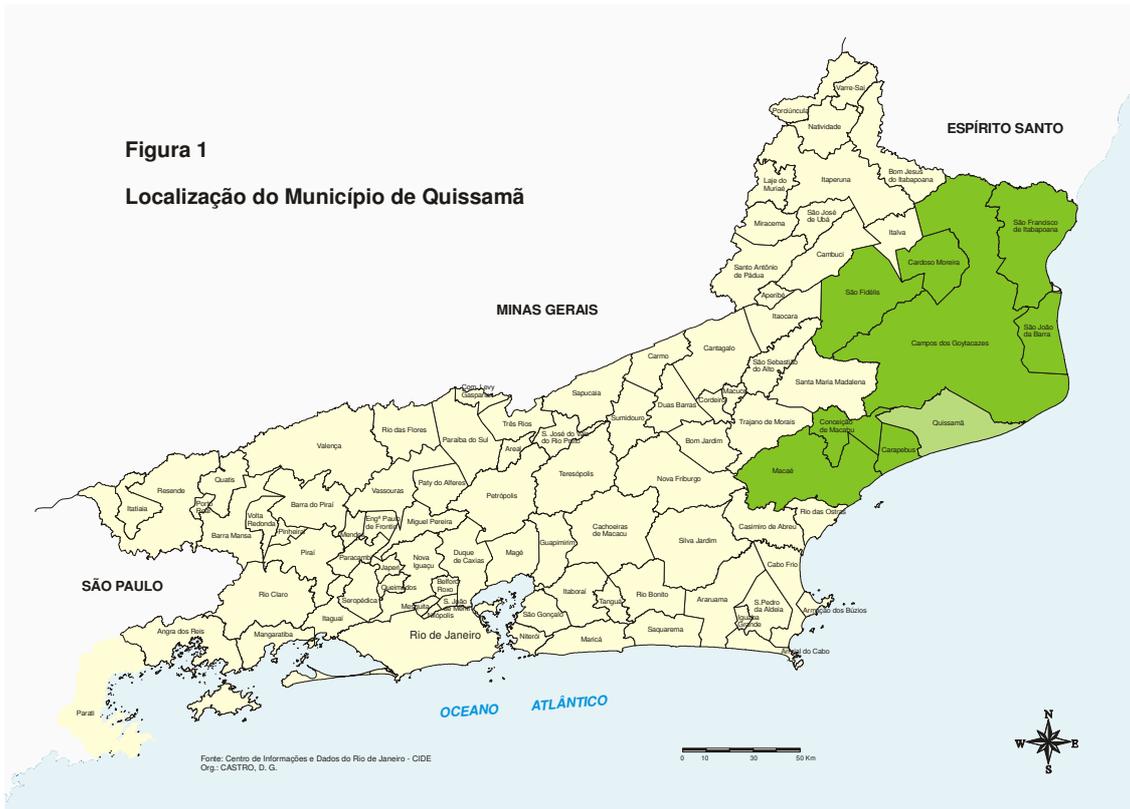
Procuramos articular as discussões bibliográficas com as informações levantadas em campo, através da realização de entrevistas com representantes e funcionários da Emater, das Secretarias Municipais de Cultura, Turismo e Educação de Quissamã e com representantes de diversos seguimentos da população.

O município de Quissamã (ver mapa de localização) apresenta materializada na paisagem a riqueza de sua uma história que é ao mesmo tempo história local e do nosso país. As sedes de fazendas provenientes desta história são transformadas em patrimônio, em objetos de “tradição”, que singularizam estes espaços, passando a servir ao turismo em tempos de reafirmação das localidades enquanto diferentes. Ao mesmo tempo em que estes são explorados pelo capital, que vislumbra com esta recriação do passado novas formas de reprodução ampliada, eles também agem na construção de identidades locais.

Dividimos nossa dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “A re-criação do patrimônio: identidade cultural, poder e consumo”, focalizaremos o patrimônio sob a perspectiva histórica, sócio-cultural e econômica. Ocupar-nos-emos de uma caracterização observando como ele se configurou do ponto de vista histórico, como teve seu significado ampliado pela incorporação da noção antropológica de cultura e a sua recharacterização ao ter valor agregado pelo turismo cultural.

Figura 1

Localização do Município de Quissamã



A caracterização de nossa análise terá por base o conceito de paisagem e é sobre ele que nos deteremos no segundo capítulo. Apresentamos diversas leituras da paisagem e suas formas de entendimento tanto no senso comum como nas ciências de modo geral, enfocando a contribuição da geografia em particular. Assim, podemos dizer que o conceito de paisagem e seus significados objetivos e subjetivos, marca e matriz, real e representação, material e mental, tempo e cultura formatando o espaço, impregnado de diversos símbolos, reveladora de relações de poder, etc., nos confirma a polissemia e amplitude de tal conceito. Estabelecemos diálogo com as concepções de Berque (1998), de paisagem marca e paisagem matriz, e de Cosgrove (1998), das relações de dominação marcadas na paisagem, tendo em vista as discussões a serem apresentadas no último capítulo.

No terceiro e último capítulo, retomaremos as discussões anteriores tendo por base o município de Quissamã. Neste capítulo, intitulado “O patrimônio como marca de qualificação da paisagem de Quissamã: identidade cultural, poder e consumo”, relacionaremos o que foi anteriormente exposto sobre patrimônio e a forma que isto pode ser lido no município de Quissamã, sob a perspectiva da paisagem do município. Analisaremos o patrimônio do município e como ele é simultaneamente marca e matriz para as ações da sociedade local, como esta paisagem expressa/simboliza as relações de dominação históricas no município, e como hoje em dia este ao mesmo tempo que atua na construção de uma identidade local, serve como possibilidade de renda monopolista no mercado do turismo cultural.

Capítulo 1

**A re-criação do patrimônio:
identidade cultural, poder e consumo**

No presente capítulo, focalizaremos o patrimônio sob a perspectiva histórico, sócio-cultural e econômica. Ocupar-nos-emos de uma caracterização observando como este se configurou do ponto de vista histórico, como teve seu significado ampliado pela incorporação da noção antropológica de cultura e a sua recharacterização ao ter valor agregado pelo turismo cultural.

Ressaltamos que no desenvolvimento desta parte de nossa investigação não apresentaremos de modo seqüenciados os pontos relacionados no título deste capítulo: identidade cultural, poder e consumo. Optamos pela abordagem destes itens durante o desenvolvimento das subseções.

Apresentaremos cotejos entre posições para perceber a contribuição de um e outro e desenvolvermos análises críticas.

1.1. Reinventando o patrimônio em um mundo globalizado

As discussões sobre patrimônio remetem à atual valorização do passado que emerge em um período de mudanças cada vez mais aceleradas, ocorridas em grande parte pelo propalada globalização¹. Com observa Massey (2000, p.178), *“A noção idealizada de uma época em que os lugares eram (supostamente) habitados por comunidades coerentes e homogêneas é contraposta à fragmentação e ruptura atuais.”*

¹ Sobre a globalização, vale acrescentar o que IANNI (1998, p.47) compreende de modo crítico. “O mundo transformou-se na prática em uma imensa e complexa fábrica, que se desenvolve conjugadamente com o que se pode denominar *“shopping center global”*(grifo do autor). Intensificou-se e generalizou-se o processo de dispersão geográfica da produção, ou das forças produtivas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão social e territorial do trabalho, o planejamento e o mercado. A nova divisão internacional do trabalho e da produção(...) concretiza a globalização do capitalismo, em termos geográficos e históricos.

Adotada em 1972, a convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, adotada pela UNESCO, três anos depois, já contava com 21 países, distribuídos pelos cinco continentes, e, em 1991, chegou-se a número de 112 signatários, segundo dados apresentados por Choay (2001). Estes dados representam certa espécie de periodização do que foi denominado “indústria da herança”, segundo Hewison (apud Harvey, 1992). Tal expressão refere-se à eclosão da valorização do passado e com isso o surgimento de políticas relacionadas a esta valorização, a partir da década de 1970.

Um novo imperativo passou a apresentar-se para as políticas de patrimônio, qual seja, a adequação a um consumo cultural de massa, levando a repercussões sobre os critérios de conservação e restauração.

O significado expressivo do turismo cultural, no seio da emergente sociedade do lazer, conduz a expansão de público aos monumentos históricos. Assim, empregando as palavras de Choay (2001, p. 211), “os monumentos e patrimônio históricos adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, postas a disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos”.

Em resumo, além de atingir uma demanda da sociedade do lazer, o consumo de bens patrimoniais confere distinção e *status* social àqueles que o consomem. Desta forma, multiplicaram-se os empreendimentos tanto do setor público quanto do setor privado, cujo objetivo foi ampliar o número de visitantes aos monumentos históricos.

O patrimônio passou a ser vendido tal como um produto no mercado. O valor social do patrimônio foi avaliado à luz dos interesses imobiliários e

turísticos. A cidade histórica é transformada em produto de consumo cultural, o que para muitos municípios significa a sobrevivência e o futuro de sua economia.

Podemos dizer que ocorre então uma revitalização deste patrimônio com a articulação de outras funções. Para sua incrementação ocorrem festivais, festas; bens patrimoniais são transformados em museus, em casas de cultura; diversas atividades são instaladas nestes espaços.

Na busca de uma interpretação crítica a respeito do patrimônio focalizaremos a contribuição teórica de D. Harvey (2005). Este autor aborda o processo a partir do qual a globalização transforma a cultura em *commodities*. Tornando evidentes as relações entre capital e cultura.

Em sua abordagem, Harvey discute como os cálculos da economia política, por meio das tentativas de acumulação das rendas monopolistas, absorveram as tradições locais, tanto na inovação cultural quanto na ressurreição e invenção dessas tradições locais. Este processo se vinculou ao desejo de obtenção de lucro e apropriação de renda. Segundo o autor,

Se, como afirmo, a renda monopolista sempre é um objeto do desejo do capitalista, os meios de obtê-la através de intervenções nos campos da cultura, história, patrimônio, estética e significados deve necessariamente ser de grande importância para os capitalistas de todos os tipos. (Harvey, p. 237, 2005)

Tendo em vista que as alegações de singularidade, autenticidade, particularidade e especialidade sustentam a capacidade de conquistar as rendas monopolistas, observa-se que o ponto de referência mais evidente onde esse processo funciona é o turismo. Porém, é um erro basear a discussão somente sob este aspecto: o que está em jogo são as relações estabelecidas

pelo poder do capital simbólico coletivo, isto é, as singularidades de um lugar detentor de um poder de atração em relação aos fluxos de capital mais amplos.

A expressão capital simbólico provém do pensamento de Bourdieu (1989), que a restringe aos indivíduos. Porém aqui a ampliamos para entender os lugares, indo ao encontro das idéias de Arantes (2000) e Harvey (2005).

O capital simbólico vinculado a determinados lugares confere a eles grande vantagem econômica em relação a outros. O Problema para esses lugares, segundo Harvey,

é elevar seu quociente de capital simbólico e aumentar seus marcos de distinção, para melhor basear suas alegações relativas à singularidade geradora de renda monopolista” (Harvey, 2005, p.233).

Para a renda monopolista materializar-se, é necessário encontrar algum modo de conservar únicos as mercadorias ou os lugares.

A dimensão cultural passa então a ser uma vantagem comparativa dos lugares, a nova *new left* está convencida de que a lógica do capitalismo contemporâneo tornou-se cultural (Arantes, 2000). Guy Debord (1997 [1969]) já havia anunciado a cultura como a nova “mercadoria vedete” na próxima rodada do capitalismo, exercendo a mesma função desempenhada, nos dois ciclos anteriores, pela estrada de ferro e pelo automóvel.

Essa virada cultural (*cultural turn*) do capitalismo acabou moldando os indivíduos de acordo com um tipo de consumo ostensivo de estilos, em que ocorre certa auto-identificação, criando espécies de “coletividades” imaginadas, nas quais o indivíduo se reconhece através do consumo Canclini (1995).

A denominação *cultural turn* surge nos meios de esquerda das universidades americanas, nos anos 80 do século passado, para denominar as mudanças ditas revolucionárias de paradigma em todos os níveis, da regulação

econômica à filosofia. Devido a tais transformações, ocorridas a partir da década de 60 do século XX, em grande parte resultante dos movimentos libertários daquela época, tudo teria se tornado cultural (Arantes, 2000).

Começa a ocorrer uma comercialização institucionalizada do espetáculo, na qual podemos situar o patrimônio. Os governos, em suas diferentes esferas, começam a atuar estabelecendo parcerias com a iniciativa privada, voltadas para a venda de sua imagem calcada no incentivo do turismo cultural. Em decorrência desse fato, até mesmo populações locais descobrem a possibilidade de lucrar com a “venda da etnicidade” na falta de mercado para sua força de trabalho.

A preservação e restauração de algo que é içado à condição de patrimônio constituem uma dimensão simbólica que serve de imagem publicitária para os municípios. Para Arantes (2000, p.31)

Rentabilidade e patrimônio arquitetônico-cultural se dão as mãos, nesse processo de revalorização urbana – sempre, evidente, em nome de um alegado civismo (como contestar?...) E para entrar neste universo dos negócios, a senha mais prestigiosa - a que ponto chegamos! (de sofisticação?) – é a Cultura. Essa nova grife do mundo fashion, da sociedade afluyente dos altos serviços a que todos aspiram.

A manipulação dessa linguagem simbólica, vinculada ao patrimônio, reflete a decisão de que pode ficar visível ou não, habilitando ou excluindo, acarretando uma estetização do poder. Nesta estetização, há uma construção visual, isto é, cênica: as relações estabelecidas com o passado são uma espécie de ritualização onde os grupos hegemônicos fazem com que a sociedade apresente para si o espetáculo de sua origem. O patrimônio é, então, o lugar onde melhor sobrevive a ideologia dos setores oligárquicos da

sociedade. Sua conservação inalterada, de acordo com Canclini (2003) testemunharia que a essência do passado glorioso sobrevive às mudanças.

Remetemo-nos aqui à idéia de hegemonia que se relaciona a uma concepção Gramsciana de Estado: este, segundo a qual, seria resultado das inter-relações entre sociedade civil e sociedade política num movimento de pressões e contrapressões em busca de um consenso – talvez melhor entendido como consentimento. O projeto de um grupo é colocado para todos demais a ele submetido, como compreende Mendonça (1995, p. 69)

É essa a idéia matriz contida no conceito de hegemonia (...) que conota a direção imprimida por um dado grupo ou fração de classe a toda a sociedade, pela via consensual – e não pela coerção explícita – resultante, por isso mesmo, da única dimensão unificadora e organizadora de agentes sociais em permanente estado de disputa (explícita ou latente): a cultura.

As representações, práticas, valores e projeto cultural aceito por todos, ainda que inconscientemente, e, mais que isso, partilhado, a despeito de discordâncias ou mesmo conflitos cuja leitura pode indicar a tentativa de criação de contra-hegemonia.

A legitimidade do discurso do patrimônio não existiria sem hegemonia, da mesma forma que não haveria hegemonia sem disputas e representação de uma dada concepção de sociedade. Como observa Mendonça (1995, p.70), “Estado, hegemonia e cultura tornam-se dimensões inseparáveis de um mesmo problema: os mecanismos de exercício da dominação de classe e da reprodução social”.

Podemos estabelecer diálogo entre as idéias de Mendonça (1995) e com o que é observado por Canclini, visando vincular a discussão de hegemonia a debate sobre patrimônio. Para Canclini (2003, p. 195)

os capitais simbólicos dos grupos subalternos têm um lugar, mas um lugar subordinado, secundário, ou à margem das instituições e dos dispositivos hegemônicos. Por isso, a reformulação do patrimônio em termos de capital cultural tem a vantagem de não representá-lo como conjunto de bens estáveis e neutros, com valores e sentidos fixados de uma vez para sempre, mas como processo social que, como o outro capital, acumula-se, reestrutura-se, produz rendimentos e é apropriado de maneira desigual por diversos setores.

As desigualdades da formação do patrimônio, e também de sua apropriação, demandam analisá-lo como espaço de luta material e simbólica entre as classes sociais. As lutas simbólicas pela imposição de uma dada visão de mundo são sempre lutas pela imposição de uma “fala” ou “representação”, que variará segundo a posição de seus enunciadores. Monopolização da verdade coletiva é a origem última de todo o efeito da imposição simbólica de uma visão que torna-se legítima. A luta da e pelas classificações, segundo Mendonça (1995), é, desta forma, uma dimensão fundamental da luta de classes.

A cultura é produto de uma encenação: escolhe-se e adapta-se o que vai ser representado, de acordo com o que os receptores podem escutar, ver e compreender. São sempre novas representações, teatro, simulacros. De acordo com Canclini, “só a fé cega fetichiza os objetos e as imagens acreditando que neles está depositada a verdade” (2003, p. 201).²

² Segundo Canclini (2003), o “autêntico” é uma invenção moderna e transitória. Como exemplo é apresentada a imagem da Virgem que não foi reconhecida como autêntica na época de sua criação. No transcorrer do tempo, acabou ganhando autenticidade. Em suas palavras: “No México, grupos de fanáticos católicos invadiram museus de arte em janeiro de 1988, para impedir a exibição de pinturas com o motivo da Virgem de Guadalupe, que alteravam a imagem ortodoxa. Pediram a expulsão do país do diretor do Museu de Arte Moderna e a reclusão psiquiátrica dos artistas que representaram a Virgem com rosto de Marilyn Monroe. (...) Parecem desconhecer que as imagens canônicas são produtos de convenções figurativas relativamente arbitrárias: os rostos de muitas virgens admitidas pela Igreja foram modelados a partir de amantes dos reis, papas, dos próprios artistas; com relação à Virgem de Guadalupe, a morfologia renascentista de seu rosto, a cor morena da pele que favoreceu sua identificação com os indígenas e as inúmeras alterações a que foi submetida ao longo de sua história, desde as representações cinematográficas até as pop e *kitsch* arte chicana, tornaram extravagante a pretensão de atribuir a seu *rating* um modelo puro.” (p. 168)

O patrimônio constitui um discurso de segundo grau: às funções e aos significados de determinados bens é acrescido o valor na condição de patrimônio, acarretando na ressemantização do bem o que leva a alterações no seu sistema de valores, como expõe Fonseca (2005, p. 41)

Se os valores que se pretende preservar são apreendidos na coisa e somente nela, não se pode deixar de levar em consideração o fato obvio de que os significados nela são estão contidos, nem lhe são inerentes: são valores atribuídos em função de determinadas relações entre atores sociais, sendo, portanto, indispensável levar em consideração o processo de produção, de reprodução, de apropriação e de reelaboração desses valores enquanto processo de produção simbólica e enquanto prática social.

De acordo com Arantes, “a dimensão cultural se confunde enquanto esfera refratária à homogeneidade imposta ou requerida pela velha ideologia da ordem” (2000, p. 14). Podemos completar essa afirmação remetendo a Jeudy (2005, p. 42) que afirma: “o patrimônio representa simultaneamente duas perspectivas não contraditórias: a globalização cultural e a heterogeneidade cultural, expressas por referências étnicas ou identitárias”. A globalização não homogeniza os espaços como já se chegou a afirmar, pelo contrário, os reafirma. A inserção neste processo leva a uma redescoberta dialética de nossas particularidades e identidades culturais.

Porém esta globalização pode levar a uma padronização que pasteuriza os lugares ao não incluir seus cidadãos e seus modos de viver (Motta, 2000). Utilizar-se do potencial visual dos espaços tem certamente função importante em um município como estratégia de reconhecimento. De um *marketing* sobre a própria história e sobre os elementos de referência das identidades, mas não pode ser visto como um objetivo em si, gerido pelas leis do mercado, eliminando tudo aquilo que não convém (Motta, 2000).

Nessa entrega do patrimônio ao capital, aponta-se para a necessidade de sustentabilidade financeira. É nesse momento que há um repasse dos trabalhos de preservação à iniciativa privada. E o patrimônio passa a ser visto como mercadoria. Aproveita-se do “imaginário tradicional”, configurado pela ação dos tempos iniciais do IPHAN, de um patrimônio entendido pela estética, pelos estilos e pelo critério de antiguidade para utilizá-lo como produto de consumo. Para Motta (2000), nesse processo é alijada a concepção de patrimônio considerado como documento. Ressalta-se que os bens “intangíveis” também podem ser vendidos juntamente com o patrimônio edificado, como veremos no terceiro capítulo deste trabalho ao focalizarmos as discussões tendo em vista o município de Quissamã.

Esse movimento de globalização pode ser entendido a partir das proposições de Harvey (1992) “compressão tempo-espaço” e de Giddens (1991) de “alongamento” ou “desencaixe” do local em direção ao global. Rúa (2004) comenta que esses processos revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo ao ponto de nos forçarem a alterar, às vezes, radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos. Há fortes indícios de que a história do capitalismo tem-se caracterizado pela aceleração do ritmo de vida: ao mesmo tempo em que venceu as barreiras espaciais, o mundo parece encolher sobre nós, nos diz Rúa (2004) reportando-se às idéias de Harvey.

A idéia de “compressão tempo-espaço” se refere a um encolhimento do espaço pelo tempo, ou pela velocidade. Harvey escreve sobre os diversos “*rounds*” (ou rodadas) de “compressão tempo-espaço”, nos quais a velocidade dos sistemas de transporte e de comunicações “diminuem” os espaços entre as

diversas partes do mundo. Empregando as palavras de Massey (2000, p.178): *“A compressão espaço-tempo refere-se ao movimento e à comunicação através dos espaço, à extensão geográfica das relações sociais e à nossa experiência de tudo isso”*.

Esta autora questiona essas idéias de Harvey perguntando: quem vivencia a “compressão tempo-espaço”? Como? Todos nós nos beneficiamos dela da mesma maneira? Segundo a mesma autora, a compressão tempo-espaço precisa ser entendida levando em conta a diferenciação social, pois ao mesmo tempo em que há fax, e-mail, fluxos e transações financeiras, viagens de avião entre outros recursos, há ônibus, caminhões, navios, trem, e mesmo uma pessoa descalça que caminha horas por dia em busca de água.

Massey (2000) interpreta esses fatos a partir do que denomina “geometria do poder” da compressão tempo-espaço, a partir da consideração de que diferentes grupos sociais e diferentes indivíduos posicionam-se de forma muito distinta em relação a esses fluxos e interconexões.

De acordo com a mesma autora, não é apenas uma questão de quem se movimenta e quem não faz, mas também do poder em relação aos fluxos e movimentos: alguns dão início ao fluxos e movimentos, outros ficam em sua extremidade receptora, outros são aprisionados por ela. Constitui-se, assim, a denominada “geometria de poder” de uma sociedade altamente desigual e diferenciada.

Juntamente com a uma exclusão socioeconômica, que é cada vez maior, e os processos de financeirização do capital, ocorre, de acordo com Haesbaert (2004), uma “inclusão simbólica”, com grande parte da massa de

excluídos dividindo os mesmos anseios e a mesma ideologia da sociedade de consumo, que seriam acessível somente às classes mais abastadas.

Ocorrendo esse processo, uma série de conseqüências passaram a ser percebidas. Interpretando-as, Giddens (1991) observa que o que antes fazia parte de um aqui e agora conjugado, “encaixado”, passa a se dissociar espacialmente, se “desencaixando” ou “alongando”. O “desencaixe” nos remete ao deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de espaço-tempo. Esse “desencaixe” se associa a sucessivos “reencaixes” em outras escalas espaciais.

Haesbaert (2004, p.164) nos auxilia nesta interpretação comparativa das idéias de Harvey e Giddens, entendendo que

Desencaixar, ou alongar, significam a possibilidade de “desprender-se”, liberar-se, no caso dos constrangimentos locais, acessando outros espaços, em outras escalas ou situações completamente diferente da nossa. Comprimir, espacialmente falando, significa a possibilidade de traduzir em áreas menores fenômenos geograficamente muito mais amplos. O que une estas duas possibilidades é a multiplicidade de espaços-territórios que elas envolvem.

O estabelecimento de relações entre as visões de Giddens (1991) e de Harvey (1992) se tornou necessário a fim de desenvolvermos nossa investigação.

Focalizando o município de Quissamã, Rua (2003) afirma que, após a emancipação do município, há um alongamento das relações tempo-espaço: o município passa a participar de outras esferas de ações, se integrando a redes políticas econômicas, sociais e culturais de âmbito regional, estadual e nacional.

Por outro lado a compressão tempo-espaço descrita por Harvey (1992), pode ser observada na implementação de internet banda larga no município nas escolas, em um projeto de inclusão digital denominado quissanet (ver foto2), além de estar presente em muitas residências e escolas, permitindo que diversos quissamaenses tenham acesso à rede mundial de informações.

Um outro elemento importante, que demonstra as idéias de Harvey, é a rede de transportes. No mapa sobre viagens diárias de ônibus de e para Quissamã, podemos observar como os habitantes do município circulam pelo estado do Rio de Janeiro, estando interligados com a metrópole, e com centros regionais: Macaé e Campos dos Goytacazes. A disponibilização de meios de transporte vem permitindo que os quissamaenses, frequentem universidades, tenham acesso a cinema, teatros, que façam compras, etc., enfim que vivenciem e tenham acesso a uma gama enorme de informações de outros lugares, que não só o espaço restrito do município. Evidentemente que, como nos foi salientado por Massey (2000), esses movimentos são seletivos e segregadores. Não são todos que podem participar dessas redes, o que depende da classe social.

Muitos que escrevem sobre o período contemporâneo enfatizam a insegurança e o impacto desordenado na vida das pessoas, em que o sentido do lugar pode ser um tipo de refúgio do mundo. Busca-se, então, de acordo com Massey (2000), um verdadeiro significado dos lugares, que pode ser interpretado como sendo, em parte, uma resposta ao desejo de fixidez e de segurança da identidade em meio ao movimento e a mudança.



Foto 2: O *Quissanet* é um projeto de inclusão digital da prefeitura que possibilita aos quissamaenses acesso gratuito à internet banda larga.
Foto: Demian Garcia Castro, 2005

Mapa de Fluxos

A crença no progresso e o foco no futuro dão lugar a uma revalorização do passado, dada a necessidade de se apegar a algo que não seja tão transitório, que nos dê alguma segurança. Em decorrência disto, tem-se início a busca pela história do nosso país, estado ou município. Há uma procura pela identidade que está estreitamente vinculada ao reconhecimento da história (Abreu, 1997).

Esse fervor pelo culto ao passado surge como um meio de conjurar essa ameaça constante do homem contemporâneo: a possibilidade de perder o sentido da própria continuidade (Jeudy, 2005). Com isso surge na década de 1970 o que Hewison (apud Harvey, 1992) denomina “indústria da herança”. O autor explica que

O impulso de preservar o passado é parte do impulso de preservar o eu. Sem saber onde estivemos, é difícil saber para onde estamos indo. O passado é o fundamento da identidade individual e coletiva; objetos do passado são a fonte da significação como símbolos culturais. A continuidade entre passado e presente cria um sentido de seqüência para o caos aleatório e, como a mudança é inevitável, um sistema estável de sentidos organizados nos permite lidar com a inovação e a decadência. **O impulso nostálgico é um importante agente do ajuste à crise, é o seu emoliente social, reforçando a identidade nacional quando a confiança se enfraquece ou é ameaçada**(grifo nosso). (Hewison apud Harvey, 1992, p. 85).

Este mesmo autor observa certa relação entre a indústria da herança” e o pós-modernismo³. Segundo ele,

os dois conspiram para criar uma tela oca que intervém entre a nossa vida presente e a nossa história. Não temos uma compreensão profunda da história, recebendo em vez disso uma criação contemporânea, que é mais um drama e uma re-representação de costumes do que discurso crítico. (Hewison apud Harvey, 1992, p. 86).

Podemos dizer, parafraseando Hobsbawm, que o passado é um elemento essencial para as ideologias nacionalistas, regionais, étnicas ou

³ Além da obra de Harvey (1992), podemos destacar, entre a infinidade de obras que debatem a pós-modernidade, a contribuição de Kumar (1997).

fundamentalistas, da mesma maneira que as papoulas para os viciados em heroína. Segundo esse mesmo autor, quando não existe um passado adequado, ele pode sempre ser inventado como veremos mais a frente (Hobsbawm, 1984).

Em uma perspectiva da análise da memória podemos citar Bosi (1994). Esta autora compreende que o passado que se procura é refeito, reconstruído, repensado, com imagens e idéias de hoje. O passado é constituído pelos materiais que estão, agora, a nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. A compreensão de Bosi é bem pertinente, porém vale acrescentar que essa mediação do presente através do qual construímos, ou inventamos o passado é permeada por relações de poder.

Em resumo, não poderíamos tratar de relações entre presente, futuro e passado prescindindo da observação das relações de poder que permeiam os processos valorização da memória e da identidade cultural.

Em nossa investigação procuraremos ter o cuidado no sentido de levar em conta as relações de poder subjacentes aos processos de valorização da memória⁴, da identidade cultural e de patrimônios históricos. Na seção seguinte, focalizaremos o patrimônio histórico a fim de caracterizá-lo, apresentando visões distintas e críticas.

1.2. As origens da noção de patrimônio

⁴ A respeito das discussões sobre memória podem ser consultados os trabalhos de Le Goff (1984a), Nora (1993) e Schiavo & Zettel (1997).

Muitas vezes confundimos os significados das palavras Monumento, monumento histórico e patrimônio histórico. Uma distinção e maior acuidade no uso destas palavras se fazem necessárias, antes de avançarmos neste trabalho. Focalizaremos aqui principalmente as concepções empregadas por Choay (2001).

1.2.1. Caracterização de Monumento

A palavra monumento significa ‘advertir’, ‘lembrar’, ‘aquilo que traz alguma coisa à lembrança’. Monumento se caracterizará pelo que for edificado com o objetivo de rememorar ou fazer com que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos, ou crenças. Atua desta forma pela memória mediado pela afetividade. Seleciona-se um passado para manter e preservar a identidade de uma comunidade, constituindo-se como uma garantia de suas origens. Há, porém, uma mudança no seu conteúdo: um edifício construído pode tornar-se um monumento, o que está mais ligado ao efeito produzido pelo edifício do que à sua destinação. Hoje o sentido evoluiu um pouco mais, pois há uma substituição progressiva do ideal de memória pelo ideal de beleza.

Enquanto o monumento apresenta uma universalidade no tempo e no espaço, monumento histórico é uma invenção datada do ocidente, como observa Choay (2001, p. 25)

O monumento é uma criação deliberada cujo princípio foi pensado *a priori*, enquanto o monumento histórico não é desde o princípio desejado e

criado como tal, ele é constituído *a posteriori*, pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte que o selecionam.

Enquanto os monumentos estão expostos às afrontas do tempo vivido, sujeitos ao esquecimento, a falta de uso, que faz com que eles sejam abandonados ou mesmo destruídos, o monumento histórico insere-se em um conjunto objetivado e fixado pelo saber, bem como exige, ao menos teoricamente, uma conservação incondicional.

1.2.2. Caracterização do patrimônio

Patrimônio está entre as palavras que utilizamos com mais frequência em nosso cotidiano. Referimo-nos ao patrimônio financeiro, imobiliário, econômico, de um país, família ou empresa. Usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, artísticos, históricos, etnográficos, ecológicos, genéticos, sem falar nos patrimônios intangíveis (Gonçalves, 2003).

O significado etimológico da palavra patrimônio já nos traz alguns esclarecimentos. Ela vem do latim, da palavra ***patrimonium***, derivada de ***pater*** (pai), (desta mesma derivação chega-se à palavra *pátria*).

Patrimonium significava bens de família e herança, legado de pai para filho. Em Inglês, tem-se o termo *heritage*, cujo sentido é “o que deve servir a geração seguinte, devendo ser protegido”. Guarda em si a idéia de propriedade, neste caso, propriedade de uma nação (ou município, como será observado em nossa investigação).

A noção de apropriação desempenha uma função central nos discursos do patrimônio. As palavras *heritage* (em inglês), *patrimoine* (em francês) e

patrimônio, qualificam essa função como uma forma de propriedade herdada, em oposição a uma propriedade adquirida. Apropriarmos-nos de alguma coisa implica uma atitude de poder, de controle sobre aquilo que é objeto dessa apropriação. Associa-se a certa identificação na qual um conjunto de diferenças transforma-se em identidade. Segundo Gonçalves (2002a), apropriar-se é, assim, sinônimo de preservação e de definição de uma identidade.

A idéia de patrimônio tendeu a ser absorvida como uma herança artística e monumental, na qual a população se reconheceria sob o formato do Estado-Nação. O patrimônio, como observam Fonseca (2005) e Oliven (2003), serviria para objetivar, conferir realidade e também legitimar essa “comunidade imaginada” que é o Estado Moderno.

Os monumentos históricos, os saberes e as práticas que os rodeiam, de acordo com Sant’Anna (2003, p.47), institucionalizaram-se e, com a criação dos primeiros instrumentos de preservação – museus e inventários –, surgiu e consolidou-se a idéia de patrimônio nacional.

Na convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, adotada em 1972 pela Assembléia Geral da UNESCO, segundo Choay (2001), fundamentou-se o conceito de patrimônio cultural e universal no conceito de monumento histórico – aqueles que apresentassem um valor excepcional do ponto de vista da história da arte ou da ciência. A noção de patrimônio, de acordo com Fonseca (2005) se convertia em categoria socialmente definida, regulamentada e delimitada, e adquiria o sentido de herança especificamente cultural.

Diversos autores concordam que é, a partir, sobretudo, da década de 1970, que vai ocorrer maior valorização do patrimônio histórico. Abreu & Chagas (2003, p. 12-13) ressaltam que

Nunca se colecionou tanto, nunca se arquivou tanto, nunca tantos grupos se inquietaram tanto com os temas referentes a memória, patrimônio e museus. Paradoxalmente, os gestos de guardar, colecionar, organizar, lembrar ou invocar antigas tradições vêm convivendo com a era do descartável, da informação sempre nova, do culto ao ideal de juventude.

Os dois autores também destacam que isto seria um sintoma de um mundo sem memória, rompido com o passado, em que as fronteiras são cada vez mais voláteis e móveis. Abreu & Chagas(2003, p. 13) observam que a falta de referências espaciais, que se tornou valor e medida para todas as coisas, vem impulsionando os indivíduos a regressões e buscas por anterioridades.

O desenvolvimento da inflação patrimonial, coincidiu, de acordo com Choay (2001), com certa perturbação cultural sem precedentes no âmago das sociedades industriais avançadas e, conseqüentemente, no mundo inteiro. Com a revolução técnica do fim da década de 1950 e o advento da era eletrônica, há uma disseminação planetária que acaba por refletir-se em uma reação sobre comportamentos e mentalidades. Com essas observações o que se quer é sugerir a extensão, não assumida, de uma desestabilização da identidade.

Choay (2001, p. 243), tratando deste assunto, observa que:

Essa lógica de conexão distingue-se e opõe-se às lógicas tradicionais locais de articulação do espaço construído, que se baseiam na harmonização dos elementos construídos entre si e com seu contexto natural e cultural.

O patrimônio é assim uma forma de simbolização dos lugares. Monnet, ao analisar as relações simbólicas dos lugares, observa que há nessas simbolizações relações entre espaço, poder e identidade. Discute que um símbolo traz sempre uma comunicação junto com ele, algo imaterial, presente na materialidade. A realidade geográfica é, então, um suporte privilegiado do processo de simbolização, isto é, de conversão em símbolos de elementos concretos presentes na vida das pessoas. Monnet (s/d) expõe que a simbolização é um processo que

atribui a partes do espaço, um nome, uma identidade, uma permanência, uma razão de ser, uma relação particular com determinados valores e significações, e tudo isso contribui para a ascensão existencial dos lugares aos olhos daqueles que os freqüentam e os imaginam. (Monnet, s/d, p. 2-3)

A simbolização do espaço é, assim, um instrumento de poder: aquele que manipula os processos de identificação influi na constituição do grupo, o que vai legitimar o exercício desse poder.

1.3. Políticas de preservação

As políticas de preservação objetivam garantir, aos cidadãos, o direito à cultura, sendo entendida a cultura, neste caso, como conjunto de valores que indicam, e em que se reconhece a identidade da nação.

É evidente que há conflitos de interesses, sobretudo entre público e privado. Este conflito fica mais agudo, porque o chamado valor cultural «e definido no nível da econômica das “trocas simbólicas”.

A revisão dos vínculos entre público e privado deve ser feita, levando em conta as novas condições culturais que os articulam.

Essas reestruturações podem ser percebida no reordenamento da vida social e nas novas funções atribuídas aos Estados-Nações. Hoje o cidadão é mais um habitante da cidade do que da nação, conseqüentemente, a identificação se dá em nível local. O predomínio dos consumos de comunicação em massa e a necessidade da população de se conectar a informações internacionais, segundo Canclini (1995), indicam que a promoção de culturas tradicionais só adquire sentido e eficácia, a partir do momento em que é vinculada às atuais condições de internacionalização.

1.3.1. Panorama histórico

Sendo a preservação de monumento uma atividade necessariamente coletiva. Possui uma dimensão explícita e outra implícita: a primeira é a regulamentada e a segunda acaba muitas vezes deliberadamente ocultada. Este fato é compreendido quando nos remetemos às relações de poder entre os agentes envolvidos com a preservação. De acordo com Fonseca(2005), na dimensão implícita manifestam-se os conflitos de interesses que entram em jogo na prática aparentemente tranqüila da preservação do patrimônio em nome do interesse público.

1.3.1.1. A renovação da noção de patrimônio nos anos 70 do século passado

A partir da década de 70 do século passado, há uma renovação da noção de patrimônio ao serem introduzidas nas discussões as produções dos esquecidos pela história factual.

Com a crise paradigmática da década citada acima, segundo Fonseca (2005) notou-se o surgimento de um interesse pela história das mentalidades: dos operários, dos camponeses, dos imigrantes, das minorias étnicas, entre outras. O patrimônio despia-se de sua concepção de valor simbólico nacional. Revogava-se a prioridade de um único estilo, o barroco / colonial.

De acordo com Motta (2000), com a incorporação das concepções na Nova Historiografia, houve um rompimento com a perspectiva estritamente visual, à medida que esses bens passaram a ser considerados como documentos, a partir das concepções de Le Goff de documento/monumento (1984b). Pretendia-se criar as bases de cada localidade independente do julgamento de suas características arquitetônicas, estéticas ou estilísticas.

Pode-se falar assim, utilizando classificação de Abreu (2003), em duas vertentes de leitura/valorização do patrimônio: uma particularista e outra universalista. A primeira foi vinculada ao patrimônio nacional - leia-se bem coletivo a partir do qual se construiu a noção de que esse patrimônio era histórico e artístico. A segunda ganhou destaque com a criação da UNESCO, no fim da Segunda Guerra, de onde deriva a idéia de patrimônio da humanidade.

Esta renovação está apoiada na importância que ganhou o conceito antropológico de cultura que passou a ser apropriada no campo do patrimônio (Abreu, 2003). O que contou também com a incorporação de muitos antropólogos à frente deste projeto de renovação ou ampliação da categoria de patrimônio (Gonçalves, 2003).

Fonseca (2005) desenvolve leitura em que ocorre a distinção entre bem cultural e bem patrimonial. O bem patrimonial necessita da intermediação do Estado, sendo juridicamente regulamentado: reconhece-se contribuição para fixação de sentidos e valores, priorizando uma determinada leitura, seja pela atribuição de valor histórico, seja como fonte de fruição estética. Na caracterização do bem cultural, enfatiza-se o valor simbólico, considerado como referência a significações de ordem cultural.

Delineou-se a idéia de que o patrimônio a ser preservado incluía não apenas a história e a arte de cada país, mas o conjunto de realizações humanas em suas mais diversas expressões culturais. A noção de cultura incluía hábitos, costumes, tradições, crenças, enfim, um acervo de realizações, materiais e imateriais, da vida em sociedade.

Esta discussão emerge no bojo da renovação do conceito de cultura. A cultura não é um dado, ou seja, uma herança que se transmite de uma geração à outra: é uma produção histórica das relações dos grupos sociais entre si.

Ela pode ser entendida como um conjunto dinâmico, relativamente homogêneo. Os fatores que compõe a cultura provêm de diversas fontes, no tempo e no espaço, devendo ser entendida como uma construção sincrônica que se reelabora a todo instante. Assim, de acordo com Cucho (1999), podemos afirmar que nenhuma cultura existe em estado puro e imutável, está em permanente construção, desconstrução e reconstrução. Essa nova dimensão do conceito vai balizar a renovação do patrimônio. Surge, a partir de então, a noção de patrimônio “imaterial” ou “intangível”, opondo-se ao patrimônio “pedra e cal”.

Nessa nova categoria estão as festas, religiões, medicina popular, dança, música, culinária, entre outras manifestações culturais. A palavra de ordem é diversidade. A proposta, segundo Gonçalves (2003) e Oliven (2003), não é o tombamento dos bens listados, mas de registrar essas práticas e representações e de fazer um acompanhamento para examinar suas continuidades e transformações. Como se percebe, os bens imateriais caracterizam-se como algo qualitativamente diferente do patrimônio edificado.

Oliver (2003), em sua abordagem, relata que, em 2002, foi apresentada uma proposta de acrescentar o acarajé ao Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial. Isso significa que teriam sido definidos os ingredientes e a forma correta de preparar tal quitute. Entretanto, a forma de preparar essa iguaria modifica-se com o tempo. Por fim, de modo bem incisivo, Oliven (2003) observa criticamente que, além de ser registrado, o acarajé também está sendo “congelado”.

1.3.1.2. As políticas governamentais de tombamento de bens culturais e o nacionalismo

Devemos ressaltar aqui o nome de Aloísio Magalhães, responsável pela implementação de políticas oficiais pautadas nestas novas justificativas. Em seu discurso passava-se a valorizar a participação da comunidade, de acordo com Motta (2000), Gonçalves (2002a) e Fonseca (2005).

Era o tempo de frases como “a comunidade é o melhor guardião de seu patrimônio” (Magalhães, 1985). O propósito era o de que esses bens fossem apropriados simbolicamente pelos diferentes grupos sociais que compunham a

sociedade brasileira. Sua finalidade era ampliar o alcance da política federal de patrimônio, tornado-a mais democrática e colocando-a a serviço da construção da cidadania. No tocante a este posicionamento, percebe-se uma contradição entre as velhas práticas ainda em vigor e os novos discursos.

Para entendermos a política de preservação no Brasil é fundamental os nomes de Rodrigo Franco Melo e Aloísio Magalhães. Ambos estiveram a frente do IPHAN durante longo período⁵.

Na ordem em que estão sendo apresentados, Rodrigo Franco Melo ajudou a consolidar a política de preservação pautada no patrimônio *pedra e cal*, que corresponde ao “imaginário tradicional” do Patrimônio, à já referida imagem do Brasil colonial, sempre supondo antigüidade, unidade de estilo ou monumentalidade.

Para compreender o problema da criação do “patrimônio histórico e artístico nacional”, é preciso estabelecer relações com outras instituições: todas marcadas pela questão do nacionalismo, segundo Faria (1995). Este autor, ao contextualizar a emergência desta discussão no Brasil, valoriza os discursos nacionalistas. Faz uma divisão entre nacionalismo retórico e nacionalismo de Estado. O nacionalismo retórico, seria o literário, no qual Olavo Bilac talvez tenha sido a maior expressão deste nacionalismo. Situam-se o movimento modernista⁶ marcado pela semana de 1922, e os outros movimentos marcados pelas mesmas pessoas todos com caráter retórico.

O *verde-amarelismo*, que criava um *ismo* brasileiro, em oposição ao futurismo italiano e ao dadaísmo francês; o *anta*, simbologia em torno da idéia

⁵ Sobre uma cronologia da política de preservação no Brasil ver Fonseca (2005).

de abrir trilhas; e o terceiro chamado “bandeira”, com referência ao bandeirantismo paulista.

O nacionalismo como política de Estado marca o surgimento de instituições e normas de controle do espaço e das pessoas, o que representou uma característica do Estado Novo. Entre estas instituições a que ressaltamos aqui é o SPHAN, que surge no mesmo contexto da criação do IBGE e do Conselho Nacional de Geografia.

Essas instituições tinham a missão de inventar uma nação, simbolicamente organizada de modo harmônico. É no campo destas agências consagradas à produção, preservação e reprodução cultural que as premissas anteriormente destacadas assumem valor: quem fala o quê? Para quem? (Mendonça, 1995)

Fonseca (2005, p. 60) observa que “a preservação como atividade sistemática só se tornou possível, porque ao interesse cultural se acrescentaram um interesse político e uma justificativa ideológica”.

A legislação sobre o patrimônio no Brasil foi promulgada na década de 1930, quando o país passava pelo processo de integração nacional, com o aprofundamento da construção de brasilidade. A opção adotada naquela época foi pela arquitetura de elite. Conforme foi narrado por Oliven (2003), Mario de Andrade propôs, em 1936, um projeto de lei que também fossem incluídos, no patrimônio brasileiro, os falares, os cantos, as lendas, as magias, a medicina e a culinária indígena, mas Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Cultura, optaram pelo patrimônio edificado, como conseqüente

⁶ Para o entendimento do nacionalismo no movimento modernista brasileiro, conferir o que é observado por Teles(1976), sobretudo a parte referente ao nacionalismo retórico

tombamento das igrejas barrocas, casas-grandes e outras formas de *pedra e cal*.

1.3.2. Olhar crítico sobre as políticas de preservação de patrimônios

As políticas para o patrimônio podem ser interpretadas como *performances* alegóricas, dramatizando a busca de uma identidade em perigo (Choay, 2001). De acordo com Gonçalves (2002a) o sentido da palavra alegoria está associado a uma forma de representação em que recursos dramáticos, literários ou pictóricos são usados para ilustrar concretamente uma idéia ou princípios morais e religiosos. Nas palavras do autor,

A alegoria é um gênero literário que pode ser entendido como uma história narrada sobre uma situação de perda, transitoriedade, ao mesmo tempo em que existe um desejo permanente e insaciável pelo resgate de um passado histórico ou mítico, além de uma permanente esperança em futuro redimido. (2002a, p.27)

Na paisagem, temos um passado materializado que ressalta a singularidade do lugar. O passado, nela, de acordo com Yázigi (2003) e Abreu (1997), mantém-se vivo na cultura e no cotidiano dos lugares, contribuindo para a busca da diferença e da identidade dos lugares que vem sendo uma busca pelo passado.

Gonçalves (2002b, p.117), focalizando esse assunto, expõe

Os modos como estão relacionados e valorizados o passado e o presente configuram um dos pontos fundamentais (...). O passado será considerado hierarquicamente superior ao presente. Essa valorização é expressa pela idéia de “tradição”, que desempenha um papel crucial (...) a “tradição” é o que faz a mediação entre o passado e o presente da nação. O conjunto de bens que são

classificados como patrimônio representa precisamente esta “tradição”, vinculando os brasileiros de ontem aos de hoje.

A escolha destes bens, dentre aqueles que devem ser valorizado como patrimônio, vincula-se a uma história a ser construída, na qual pretende-se (re)afirmar um sentimento identitário. A “invenção das tradições”, expressão de Hobsbawm (1984), sintetiza o que deriva das escolhas efetuadas ao se traduzir assim: alguns bens são selecionados e estes passam a ser mais importantes, tradicionais, porque há uma história neles embutida, uma história que se quer referendar, sob a qual obviamente estão incutidas relações de poder.

Canclini (1997) nos lembra que preservar um lugar histórico, guardando seu modelo estético e simbólico, testemunharia que a essência deste passado glorioso sobrevive às mudanças. Este mesmo autor, baseando-se em Bourdieu, propõe uma reformulação do patrimônio em termos de capital cultural que teria a vantagem

(...) de não representá-lo como um conjunto de bens estáveis e neutros, com valores e sentidos fixados de uma vez pra sempre, mas como *processo social* que, como outro capital, acumula-se, reestrutura-se, produz rendimentos e é apropriado de maneira desigual por diversos setores. Ainda que o patrimônio sirva para unificar cada nação, as desigualdades em sua formação e apropriação exigem estudá-lo como espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos. (1997, p. 195).

Voltaremos a estas questões no terceiro capítulo tendo como base para o diálogo com estas idéias a realidade do município de Quissamã.

1.4 A democratização do patrimônio

As políticas públicas de preservação e as representações do patrimônio cultural nacional reproduzem as contradições e os conflitos que se manifestam no contexto das relações entre Estado e Sociedade.

Foram expressivas as mudanças que ocorreram na representação de nação construída via patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil. Incluindo as produções referentes às diferentes etnias, aos grupos de imigrantes, a cultura popular e ao mundo industrial.

Fonseca (2005, p.221) advoga que “é preciso incorporar efetivamente a participação da sociedade nesse processo, o que significa criar mecanismos que assegurem algum nível de representatividade a essa participação”. O patrimônio deve ser lido e apreciado numa “apropriação ativa”, que contribua para o enriquecimento de cada cidadão e da coletividade como um todo. A democratização do patrimônio, de acordo com Nigro (2005) e Fonseca (2005), passa pela efetiva apropriação enquanto produção simbólica e enquanto prática política, pelos diferentes grupos que integram a nossa sociedade.

O poder público poderia cumprir seu dever de garantir ao cidadão acesso à cultura, investindo no patrimônio como fonte de conhecimento, a partir de sua presença deste patrimônio no dia-a-dia, bem como possibilitar a construção de identidades pela integração dos indivíduos como sujeitos e objetos da pesquisa. Explorar o potencial visual dos espaços tem grande importância como estratégia de reconhecimento do local, de um *marketing* sobre a própria história e sobre os elementos de referência para as identidades, mas não como um objetivo em si, regido pelo mercado, eliminando o que não convém ao mercado e mantendo o que lhe convém. As intervenções

recentes, como é observado por Motta (2000), têm como resultado a apropriação cenográfica dos espaços sem a preocupação de considerar as cidades como objetos socialmente construído e seu patrimônio como fonte de conhecimento.

Luchiari (2005, p. 8129), tratando desse assunto, expõe

A valorização contemporânea do patrimônio tem deslocado os bens culturais das relações sociais construídas localmente, inserindo as cidades na racionalidade global do consumo visual das paisagens enobrecidas para o lazer e para o turismo cultural. esta inversão põe em risco os preceitos do direito à cidade, à qualidade de vida, e o direito à memória, indo na contra-mão das possibilidades da esfera cultural transformar-se no vetor de uma apropriação mais democrática da cidade e de seus bens patrimoniais.

Democratização do patrimônio se associa ao fato de que o Estado não deve ser o único ator social a se envolver na preservação do patrimônio cultural de uma sociedade; do mesmo modo, a ideologia do nacionalismo, que, durante dois séculos, sustentou as políticas estatais de patrimônio, vem sendo substituída pela noção de direitos culturais como nova forma de legitimar essas políticas; os direitos culturais passam a ser vistos como direitos humanos, o que faz emergir a discussões a partir da extinção do colonialismo e do surgimento de Estados independentes em área de colonização européia que precisavam reconstruir uma cultura própria que emerge se propagando com o aumento do consumo de bens culturais, como é observado por Fonseca (2005).

Como nosso objeto de estudo é o patrimônio histórico-arquitetônico como agente de qualificação da paisagem no município de Quissamã, no Norte Fluminense, buscaremos, a seguir, apresentar algumas elucidações sobre o

conceito de paisagem, tendo em vista a discussão sobre patrimônio histórico-arquitetônico.

Capítulo 2

**Um olhar sobre o estudo da paisagem:
construindo uma base geográfica para a discussão do patrimônio**



**Foto 3: O Solar Mandiquêra, em padrão neoclássico, é representativo da riqueza que a economia açucareira proporcionou à aristocracia local.
Foto: site da prefeitura, 2005.**

Em momentos assim, num barco ou numa praia, pela janela de um trem ou em uma casa em um bairro qualquer, a paisagem esta sempre atraindo nossa atenção. É como se estivéssemos em um teatro, diante de uma cenografia recém revelada por um abrir de cortinas. Bela ou feia, clara ou mal iluminada, próxima ou distante – não importa – somos atraídos pela paisagem como são os olhares dos espectadores atraídos pelo palco. E o que vemos ou percebemos estimula nossa imaginação e desenvolve nossa capacidade de observação. Aquilo que os olhos vêem junta-se os estímulos sonoros provenientes de uma circunstância qualquer e já não somos alvo apenas do que vemos, mas também do que ouvimos. (Nunes, 2002, p.216)

Na epígrafe deste capítulo encontra-se em linhas gerais o assunto deste capítulo, a paisagem. Nossos olhos são atraídos por ela e se entregam. Com essa entrega, torna-se possível descobrir o que está encoberto ou despertar o que estava, nela, adormecido

Deixando a parte a linguagem figurada, trataremos, nesta seção de nosso trabalho, primeiramente da origem do termo paisagem; a seguir, da discussão ligada à morfologia e dos novos significados atribuídos ao termo a partir da década de 1970, tais como real e representação, material e simbólica. Apresentaremos uma alternativa aos enfoques polares no tocante à paisagem, a partir da concepção de Berque, para, por fim, estabelecermos relações entre paisagem e identidade, tendo como foco o patrimônio.

O termo paisagem é polissêmico, e as acepções disciplinares a ele relacionadas são tão vagas quanto variadas: conforme o interesse acerca do objeto ou a forma como se encara a paisagem, sua noção vai diferir. Se um geógrafo, um arquiteto ou um historiador, tiverem como objeto de estudo a mesma paisagem, o resultado de seus trabalhos e a forma de os conduzir serão diferentes, como observam Chantal & Raison (1986).

Etimologicamente, paisagem chega à língua portuguesa através do francês, derivada de “paysage”. Sua origem se encontra no latim, na palavra ***pagus***. O sentido desta palavra latina, que mais se aproxima do significado de

paisagem, atribuído ao termo na região da Gália, na atual França, e na Germânia, hoje Alemanha, 'território rural limitado por marco, distrito'.

Como ocorre com muitas palavras cujos sentidos são alterados no decurso da história, o significado da palavra paisagem sofreu mudanças sobretudo pelo uso freqüente. Se cada pessoa o utiliza a seu modo prendendo-se a noção, para a geografia, paisagem tem um outro contorno, mais específico: representa um conceito-chave.

O conceito de paisagem se baseia no meta-conceito espaço, conceito mais amplo e abstrato: através dos aspectos visíveis do espaço podemos lê-lo como paisagem. Esta seria a definição mais simples de paisagem, um espaço abarcado por um "golpe de vista", bastante usual no senso comum. A paisagem, porém, não se remete somente a estes aspectos, como veremos mais adiante.

A expressão paisagem teve sua origem no século XV, nos Países Baixos. Aparecendo sob a forma de *landskip*, aplicava-se aos quadros que apresentavam um pedaço da natureza, percebida a partir de um enquadramento. A paisagem passou a significar aquilo que se via através das janelas.

A pintura das paisagens é uma consequência da introdução do uso da perspectiva. Ela busca reproduzir de forma objetiva um pedaço da natureza, tendo em vista que o ângulo e o enquadramento da vista são produtos de uma escolha. Em decorrência disto, há uma dimensão subjetiva que estrutura uma representação que se pretende fiel a realidade.

Para Claval (2004), a paisagem dos geógrafos é diferente da paisagem dos pintores, sobretudo, pela multiplicidade de pontos de vista que estes artistas plásticos procuram sintetizar, mesmo assim continua próxima à concepção daqueles ao se prender à descrição da harmonia das formas e das cores.

Os geógrafos produziram uma reflexão conceitual própria, seguindo os passos de Humboldt e de outros viajantes românticos. Estes viajantes, usando as palavras de Holzer (1999, p.151), associaram “a paisagem a porções do espaço relativamente amplas que se destacavam visualmente por possuírem características físicas e culturais, suficientemente homogêneas para assumirem uma individualidade”. Através das paisagens estes viajantes apreendem a natureza das regiões que percorrem. Muitas vezes estas paisagens eram ilustradas através de aquarelas, já que as palavras não eram suficientes para mostrar as profundas harmonias conferidas a natureza pelo Criador. Na tradição romântica, vale ressaltar, de acordo com Gandy (2004), a apreensão visual da natureza relaciona-se ao sentimento estético do sublime.

No contexto de afirmação da Geografia, foi possível encontrar na paisagem unidade e identidade a serem estudadas por esta disciplina acadêmica. A importância deste conceito ao longo da história do pensamento geográfico tem sido variada: em certo momento, como observam Corrêa e Rosendahl (1998, p.7), foi relegado a uma posição secundária, suplantada pela ênfase aos conceitos de região, espaço, território e lugar, considerados mais adequados as necessidades contemporâneas.

Os estudos sobre a paisagem podem ser periodizados situando a década de 1970 como marco temporal. Até 1970 a maior contribuição sobre análise da paisagem havia sido dada por Sauer, que desenvolveu o conceito de paisagem cultural em seu texto, hoje clássico, “a morfologia da paisagem”, publicado no Brasil em 1998 e em estudos de seus discípulos, primeiramente em Berkeley, com destaque para a antologia organizada por Mikesell & Wagner, intitulada *Reading in Cultural Geography* (1962), cuja introdução foi publicada no Brasil por Corrêa & Rosendahl (2003).

Na década de setenta do século passado a geografia cultural passou por um momento de renovação, no qual a Escola de Berkeley foi submetida a diversas críticas por parte de geógrafos de diversas vertentes teóricas. Este processo de renovação se fez no bojo do *cultural turn* mencionado no capítulo anterior no qual um conjunto de mudanças em escala global passaram a ressaltar a dimensão cultural dos processos.

Tendo em vista o foco do nosso trabalho, o patrimônio, analisaremos a seguir os dois períodos nos quais foram desenvolvidas investigações que atribuíram significados distintos à paisagem.

2.1 A paisagem e a sua morfologia

As proposições de Sauer para o estudo da paisagem representaram uma tentativa para encontrar resposta para os maiores problemas da geografia da época, que podem ser sintetizados em dualidades fundamentais: geografia

física e humana e geral e regional. Além disso, percebia-se ausência de um método objetivo próprio.

As inspirações de Sauer são em grande parte provenientes de seu contato com a geografia alemã, e com as obras de Schlüter e Passarge. Para estes autores o estudo da paisagem deveria se restringir às formas, aos aspectos visíveis, excluindo os fatos não materiais da atividade humana, conforme Gomes (1996) compreendeu.

Sauer (1998), logo no começo de seu artigo intitulado “A morfologia da paisagem”, afirma que a geografia deveria se limitar ao que é evidente da mesma forma que as outras disciplinas. Neste caso o evidente está na paisagem, e esta, portanto, deve ser o objeto fundamental da Geografia. Para o mesmo autor a paisagem tem por definição uma identidade que baseia-se na constituição do reconhecível.

Corrêa & Rosendahl (1998, p.9) expõem que para Sauer

a paisagem geográfica é vista como um conjunto de formas naturais e culturais associadas em uma dada área, é analisada morfologicamente, vendo-se a integração das formas entre si e o caráter orgânico ou quase orgânico delas. O tempo é uma variável fundamental. A paisagem cultural ou geográfica resulta da ação, ao longo do tempo, da cultura sobre a paisagem natural.

Nessa citação encontramos uma interpretação peculiar no tocante à paisagem como objeto de estudo da Geografia. A paisagem é vista como resultado da ação da cultura sobre a paisagem natural, que acarreta transformações, em função do uso de técnicas e instrumentos.

Como o conceito de paisagem cultural se relaciona aos geógrafos alemães, faz-se importante focalizar o significado do vocábulo alemão *landchaft*, que não significa o mesmo que o termo francês *paysage*.

A palavra alemã é mais antiga e possui um significado mais complexo que a palavra francesa. Ela está associada ao renascimento e, em sua origem, às artes plásticas. De acordo com Holzer (1999, p.152),

“Landschaft” se refere a uma associação entre sítio e os seus habitantes, ou se preferirmos, de uma associação morfológica e cultural. Talvez tenha surgido de *“Land schaffen”*, ou seja, criar a terra, produzir a terra. Esta palavra transmutada em *“Landscape”* chegou a geografia norte-americana pelas mãos de Sauer que, cuidadosamente, enfatizava que seu sentido continua sendo o mesmo: o de formatar (*land shape*) a terra, implicando numa associação das formas físicas e culturais.

Ainda no tocante ao termo alemão *landchaft*, Freitas et al. (1999) expõem que para tal termo não há correspondente em outras línguas: comporta um conjunto de significados e visões de mundo que fornecem ao conceito uma gama de interpretações e utilizações muito mais amplas do que as das demais escolas da Geografia. De acordo com os mesmos autores, “a paisagem alemã compreende um complexo natural total, representado, de forma integrada, pela natureza e pela ação humana” (Freitas et al., 1999, p. 31).

Dentre as críticas efetuadas ao pensamento de Sauer, podemos nos apegar ao fato de que a análise da paisagem não pode estar limitada somente a aspectos visíveis, o que a confundiria com uma acepção mais genérica do senso comum que serve para designar, utilizando as palavras de Gomes (1996, p. 239), “a aparência de um espaço tal como ele é imediatamente percebido, e serve também, simplesmente para designar uma parte limitada do espaço.”.

Em seus estudos morfológicos, Sauer optou por não considerar os aspectos subjetivos relativos à paisagem, pois estes não poderiam ser classificados cientificamente. Em resumo, do conhecimento deveria ser

retirado qualquer caráter subjetivo, pois deveria prevalecer a objetividade destituída da presença do sujeito.

Outra importante crítica diz respeito ao conceito de cultura empregado por Sauer, baseado nas idéias dos antropólogos Kroeber e Lewie. Para Duncan (2003), Sauer e seus discípulos conceberam a cultura como uma “entidade supra-orgânica”, reificando o conceito de cultura ao atribuir-lhe *status* ontológico e poder causativo. Duncan (2003, p. 83) expõe que, “quando a cultura é definida como a força ativa e o indivíduo como recipiente passivo, a homogeneidade será assumida, porque os indivíduos serão páginas em branco sobre as quais o padrão cultural será impresso”. Algumas destas concepções advindas do pensamento saueriano podem tornar-se obstáculos para a explicação ou ocultar as relações sociais, econômicas e políticas, existentes por trás da paisagem.

Mesmo apresentando críticas contrárias às posições de Sauer, não poderíamos deixar de reconhecer que ele contribuiu para o desenvolvimento da Geografia e para a história do pensamento geográfico ao fazer da paisagem um de seus conceitos fundamentais. Sem os seus estudos, não seria possível revelar problemas relacionados à interpretação e atribuição de significados à paisagem. Como afirma Mikesell (2000), para melhor entendermos os caminhos futuros da geografia cultural devemos observar os percorridos no passado. A descrição da morfologia da paisagem não deve ser abandonada, mas complementada por interpretação simbólica.

2.2 Novas abordagens no estudo da paisagem

Depois de ser um tema central da Geografia no início do século XX, o estudo da paisagem teve sua importância reduzida no período de contestação por que a geografia clássica passou com a incorporação de outras bases epistemológicas ao pensamento geográfico. Como exemplo, durante a década de 1970, segundo Mello (2005), alguns geógrafos americanos começaram a questionar os rumos que a geografia tinha tomado com o enquadramento da atividade humana dentro padrões cientificamente verificáveis do positivismo lógico. O conceito nos últimos anos voltou a ganhar evidência, mesmo assim, o problema de seu significado permanece em aberto.

Retomada com a emergência de uma Nova Geografia Cultural em contraposição à geografia cultural saueriana, a discussão sobre paisagem passou a ser revestida de novos conteúdos, devido à ampliação dos horizontes explicativos da disciplina com a incorporação de noções como percepção, representação, imaginário e simbolismo, como observa Castro (2002). Esta retomada da dimensão cultural no pensamento geográfico pode ser ampliada para o contexto do debate científico como um todo, no âmbito de revisão das questões que fundamentaram a modernidade.

A partir de 1970 o estudo da paisagem deixa de estar relacionado somente a sua gênese e a suas formas e passa a conter a idéia de significado, o que possibilita a adição de novas perspectivas àquelas anteriores. A paisagem passa a ser concebida como um campo simbólico impregnado de significados passíveis de múltiplas interpretações. Para Mikesell (2000), os

autores, com sua produção associada à Nova Geografia Cultural, buscavam um embasamento semiótico e não mais taxonômico: almejavam ser teóricos e não simplesmente empíricos. Para Corrêa (2003), a nova geografia cultural resgata e amplia as bases epistemológicas desenvolvidas por Sauer e seus seguidores.

A paisagem passa a ser analisada diante de uma diversidade de opções, diferindo na forma de abordá-la, no tocante à natureza da teoria e à sua interpretação.⁷ Somente comum era o objetivo de elucidar as relações culturais através da paisagem.

O termo Nova Geografia Cultural refere-se às abordagens desenvolvidas principalmente por geógrafos anglosaxões. A geografia francesa, devido a sua ligação com a história e com as pesquisas sobre modos de vida, sempre se preocupou com a dimensão cultural ou com temas a ela relacionados. Desta forma, na década de 70, não estavam preocupados em questionar a revolução teórico-quantitativa. Vale observar que, segundo Melo (2005), no caso francês, não houve ruptura com a geografia tradicional

A produção da geografia francesa, mesmo sem romper com a geografia tradicional contribuiu para o desenvolvimento da Nova Geografia Cultural ao destacar a temática da paisagem, analisando-a a partir de seu permanente processo de reelaboração por aqueles que a habitam. Dentro desta perspectiva, Berque foi um dos geógrafos franceses que acrescentaram uma contribuição a partir do entendimento da simbologia da paisagem. Buscaremos

⁷ A obra de Geertz "A interpretação das culturas" (1978) é de grande importância neste processo. O autor propõe que a etnografia teria o papel de ler a cultura como um texto, introduzindo uma leitura hermenêutica neste ramo do conhecimento. Também teve muita

mais adiante estabelecer diálogo entre este autor e alguns expoentes da renovação da geografia cultural anglo-saxônica, inserindo também na discussão autores recentes que vêm tratando do assunto.

Ao tratar dos novos rumos da geografia cultural na década de 70 do século passado, Cosgrove e Jackson (2000) expõem que começava a haver uma cooperação entre a perspectiva humanista e a perspectiva social marxista da Geografia. Cosgrove (1998), ao mesmo tempo em que valoriza a inserção de novos temas na geografia, a partir das interpretações do simbolismo da paisagem, interpreta-a de uma forma crítica ao buscar desvendar as relações de poder subjacentes à paisagem.

No título de um de seus textos Cosgrove (1998) afirma que “a geografia está em toda parte”, para destacar a cultura e o simbolismo nas paisagens humanas. Temos aqui temas e abordagens próprias de uma renovação das ciências que ganha força na década de 1970.

Cosgrove destaca que o geógrafo deve esforçar-se para mostrar que a geografia existe para ser apreciada e que muitas vezes temos agido no sentido de “obscurecer em vez de aumentar esse prazer”. No meio de um funcionalismo utilitário, a explicação geográfica é estritamente prática. São banidas da Geografia, de acordo com este funcionalismo utilitário,

(...) as paixões inconvenientemente, às vezes assustadoramente poderosas, motivadoras da ação humana, entre elas as morais, patrióticas, religiosas, sexuais e políticas. Todos sabemos quão fundamentalmente estas motivações influenciam nosso comportamento diário. (...) Contudo na geografia humana parecemos intencionalmente ignorá-las ou negá-las. (...) Conseqüentemente, nossa geografia deixa escapar muito do significado contido na paisagem humana tendendo a reduzi-la a uma impressão impessoal de forças demográficas e econômicas. (Cosgrove, 1998, p.97)

influência nos novos textos de geografia cultural a obra de Raymond Williams, na qual este autor propunha uma interpretação marxista da cultura.

O autor propõe-se a aplicar à interpretação das paisagens humanas as habilidades que empregamos ao analisar um romance, um poema, um filme ou um quadro. Assim, a trataríamos como expressão humana composta de muitas camadas de significados, o que é bastante incomum. Desta forma ele se propõe a tratar a Geografia como uma humanidade e como uma ciência social.

Uma característica a ser ressaltada se encontra na abordagem destas questões relacionando-as ao simbolismo e à cultura, o que situa o trabalho de Cosgrove em determinado tipo de ciência.

O estudo da cultura, para Cosgrove (1998), está intimamente ligado ao estudo do poder, pois, neste, revelam-se as relações de dominação e opressão:

Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum. Isto é às vezes chamado de *hegemonia cultural*. Há, portanto, culturas dominantes e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político, mas também em termos de sexo, idade e etnicidade. (Cosgrove, 1998, p.104-105)

Cuche esclarece que (1999) falar de cultura 'dominante' ou de cultura 'dominada' é recorrer a metáforas, pois na realidade o que existe são grupos sociais que estão em relação de dominação ou subordinação uns aos outros. A cultura da classe dominante é sempre a cultura dominante. Esta hierarquia entre as culturas resulta da hierarquia social, nascida das históricas relações desiguais entre os diferentes grupos sociais.

Muito do simbolismo da paisagem reproduz as normas culturais, estabelecendo os valores de grupos dominantes para toda sociedade. A produção simbólica é apreendida como cultura hegemônica de uma classe a

ser imposta às demais. Os grupos atribuem significados a paisagens como parte de uma identidade compartilhada e comunicada, identidade esta que atravessa as linhas de classe (Cosgrove, 2003). A paisagem é estruturada pelo poder simbólico. A ideologia se apropria dos símbolos da paisagem para sustentar a dominação de classes.

Cosgrove (1998) propõe trabalhar as paisagens, ao mesmo tempo, de forma crítica e original, incorporando a dimensão simbólica, contribuindo sobremaneira ao pensamento geográfico

As paisagens tomadas como verdadeiras de nossas vidas cotidianas estão cheias de significado. Grande parte da Geografia mais interessante está em decodificá-las. (...) Porque a geografia esta em toda parte, reproduzida diariamente por cada um de nós. A recuperação do significado em nossas paisagens comuns nos diz muito sobre nós mesmos. Uma geografia efetivamente humana crítica e relevante, que pode contribuir para o próprio núcleo de uma educação humanista: melhor conhecimento e compreensão de nós mesmos, dos outros e do mundo que compartilhamos. (Cosgrove, 1998, p. 121)

Ao buscar novas interpretações para a paisagem através de seus significados, emerge a discussão de sua dimensão simbólica, conforme ressaltado por Cosgrove (1998). A paisagem está impregnada de símbolos, informações passadas de geração a geração. Os significados, atribuídos a esses símbolos não são estáticos, variam ao longo do tempo, e, também, de acordo com os grupos sociais, conforme leitura de Meinig (2002).

Ao interpretar os símbolos da paisagem devemos estar atentos aos seguintes pontos⁸:

1º - os símbolos que fazem parte da paisagem têm uma função, uma intenção, isto é, a função de perpetuar antigas tradições (o passado), e também transmitir o sentido de reprodução para um futuro imediato;

2º - a paisagem através de seus símbolos pode fazer parecer antigo o que é novo, o que é denominado, segundo Hobsbawn (1984). “invenção de tradições”;

3º - por meio dos símbolos, pode-se fazer parecer que é de todos o que é na verdade de um grupo, com a intenção de criar uma universalidade dos símbolos, no sentido de criar uma identidade única;

4º - os símbolos possuem um sentido de demarcar diferenças através das quais se forjam identidades;

5º - os símbolos da paisagem ressaltam o poder;

6º - através dos símbolos, determinados grupos conseguem impor seus interesses

A paisagem é o lugar da superposição desses símbolos e de jogos de poderes que vão exercer influência na imaginação dos homens. Ela é um meio de reforçar a ideologia dominante em uma determinada sociedade, pois assegura a reprodução de um tipo existente de relações sociais. Assim a

⁸ Tivemos por base para elaboração deste pontos a palestra “A dimensão cultural da paisagem”, proferida pelo professor Roberto Lobato Correa por ocasião do encerramento da disciplina Espaço e Cultura, ministrada pela professora Zeny Rosendahl no curso de Mestrado em Geografia da UERJ.

paisagem é por essência política, pois guarda em sua materialidade um modelo de relações sociais e culturais, como compreende Gandy (2004).

Para finalizar esta seção, baseando-nos em Claval (2004), ressaltamos que geografia, em seu sentido etimológico de escrita sobre a terra, está apoiada em códigos de signos carregados de valores que orientam as escolhas das pessoas, fornecendo às paisagens significações que refletem valores socialmente estabelecidos.

2.3 Buscando uma alternativa aos enfoques polares da paisagem

Sendo a paisagem o que se vê, supõe-se necessariamente a dimensão real do concreto. O que se mostra, na verdade, é a representação do sujeito, que codifica a observação. A paisagem, resultado desta observação, é fruto de um processo cognitivo, mediado pelas representações do imaginário social, pleno de valores simbólicos.

Para Meinig (2002), qualquer paisagem é composta não somente por aquilo que está sob nossos olhos, mas pelo que também está em nossas mentes. Nosso olhar não é neutro, mas, sim, condicionado por nossas experiências e concepções de mundo. A paisagem apresenta-se assim de maneira dual, sendo ao mesmo tempo real e representação (Castro, 2002).

Menezes (2002) afirma que devemos descartar os enfoques polares, realistas ou idealistas: os primeiros pautados na materialidade e objetividade morfológica da paisagem, em seu modo dado ou marcado pela ação humana; os segundos definem a paisagem como determinada projeção do observador.

Segundo o autor não devemos pensar em duas faces do mesmo fenômeno, uma material, inerte e outra mental, criadora: melhor é reconhecer que ela é “um dado tal como percebido, um fragmento do mundo sensível tal qual está dotado de personalidade por uma consciência” (Lenclud apud Menezes, 2002, p. 32).

Ao discutir visualidade e visibilidade, categorias dos modos de ver, de natureza da imagem, Ferrara (2002) compreende que a visualidade corresponde a imagem do mundo físico e concreto, já a visibilidade, à elaboração reflexiva do que é fornecido tendo sido visualmente transformado em fluxo cognitivo. Nas palavras da autora,

A visualidade corresponde registro, um dado físico e referencial; a visibilidade, ao contrário, é propriamente, semiótica, partindo de uma representação visual para gerar um processo perceptivo complexo claramente marcado como experiência geradora de um conhecimento contínuo, individual e social. Na visibilidade o olhar e o visual não se subordinam ou conectam-se um ao outro, como ocorre com a visualidade, ao contrário, ambos se distanciam um do outro para poder ver mais. Estratégico e indagativo o olhar da visibilidade esquadrinha o visual para inseri-lo, comparativamente, na pluralidade da experiência de outros olhares individuais e coletivos, subjetivos e sociais, situados no tempo e no espaço. (Ferrara, 2002, p. 74)

O diálogo entre diferentes enfoques apresentado acima pode ser complementado com o pensamento de Berque (1998), que ultrapassa o dualismo moderno entre um mundo interior subjetivo e um mundo exterior objetivo. A paisagem para Berque (1998) é simultaneamente uma marca, uma *geo-grafia*, que é impressa pela sociedade com uma combinação de relações sociais, tramas e valores na superfície terrestre, e simultaneamente estas marcas são matrizes, isto é, constituem a condição para a existência e para a ação humana, influenciando na reprodução dos valores e crenças e transmitindo informações.

Se, por um lado, ela é vista por um olhar, por outro, ela determina este olhar. Nas palavras do autor, “(...) a paisagem é plurimodal (passiva-ativa-potencial). Como é plurimodal o sujeito para o qual a paisagem existe; (...) a paisagem e o sujeito são co-integrados em um conjunto unitário que se autoproduz e se auto-reproduz”. (Berque, 1998, p.86). Existirá uma tautologia entre marca e matriz até haver rupturas e serem criadas novas marcas e matrizes.

2.4 Paisagem, identidade e poder

Iniciamos esta subseção partindo da apresentação da seguinte questão: o que se entende por identidade? Para responder esta questão, basear-nos-emos em estudos de Cuche (1999) e Le Bossé (2004).

Os questionamentos sobre identidade remetem à discussão sobre cultura. A diferença entre cultura e identidade é que a primeira diz respeito a processos inconscientes enquanto a segunda é própria de uma vinculação essencialmente consciente, baseada em relações simbólicas (Cuche, 1999).

Hoje em dia há o desejo de ver cultura em tudo e de encontrar identidade para todos. A atual moda da identidade está ligada ao fenômeno da exaltação da diferença que surgiu nos anos setenta do século passado. Baseando-se nesse processo, diversas tendências ideológicas, inclusive opostas, exaltaram a importância da sociedade multicultural.

A identidade, ao mesmo tempo em que inclui, dialeticamente exclui, pois, ao identificar um grupo, o distingue de outros grupos. Ela está

simultaneamente relacionada à alteridade: não há identidade, em si nem para si, ela existe em relação com uma outra, é elaborada na relação entre o “nós” e o “eles”.

A identificação vem acompanhada de diferenciação, identificamo-nos com uma coisa e contra outra coisa. O próprio indivíduo se reconhece e se apreende, com aquilo que é entendido como “outro”. A marcação desta diferença é estabelecida através de fronteiras, que são fundamentais para a construção de identidades.

Ao definir as estratégias de caracterização da identidade, compreende-se que esse processo representa uma forma de atingir objetivos. Tais estratégias devem levar em consideração a situação social e as relações de força entre os grupos, pois são, ao mesmo tempo, produto e suporte para as lutas sociais e políticas.

Ao impor a diferença afirma-se uma única identidade legítima, a do grupo dominante, o que impede que as minorias possam definir suas identidades a partir de seus próprios critérios.

Segundo Cucho (1999), ao compreendermos a identidade como uma construção social, as questões que se colocam é como, por que e por quem, em que momento e em que contexto é produzida, mantida ou questionada certa identidade?

Le Bossé (2004) compreende a identidade revestindo-a com um olhar geográfico. Segundo este autor, os geógrafos deveriam observar como as sociedades recebem e percebem, constroem e reivindicam identidades

cristalizadas nas suas representações e interpretações dos lugares e das relações espaciais.

A busca pela identificação de um lugar consiste em retratar o seu caráter singular. Constroem-se identidades *do* lugar, em relação a outros lugares, e *com* o lugar por parte de seus habitantes. A construção dessa identidade passa pela consideração de uma herança que este lugar possa ter e pela preservação de um patrimônio. Preservar e perpetuar o passado, segundo Le Bossé (2004), fazem parte da construção de um sentimento identitário.

Este mesmo autor questiona a validade e a autenticidade das identidades geográficas. Visto que parcela dessa identidade representa experiência concreta e cotidianamente vivida das pessoas, indaga: quanto deste imaginário geográfico é interpretado, construído e mobilizado pela ideologia dominante das elites?

Ao analisar uma identidade institucionalizada é preciso assinalar o caráter construído e contextualizado desta, o que também atrai a atenção para a dimensão ideológica dessa expressão identitária. Quem são os autores dos discursos identitários e quais as suas visões? Que relações de poder são expressas através desses discursos?

A paisagem, sempre socialmente construída, é edificada em torno de instituições sociais dominantes e ordenada pelo poder dessas instituições. O termo sugere ainda a capacidade de impor uma visão, logicamente, a visão dominante.

Através da paisagem podemos mapear cultura e poder (Zukin, 2000), quando observamos que, na adoção de políticas para a paisagem, visa-se

preservar o *status* de seus habitantes, conferindo distinção social a elite, que ostenta seu poder na suntuosidade de suas construções, conforme observa Corrêa (2003).

A preservação do valor simbólico destas construções ratifica um valor de troca. Os novos significados da paisagem, conseqüentemente, transformam-na em um tipo particular de mercadoria. Hoje a importância da cultura orientada para o consumo e a destruição criadora da paisagem sob o patrocínio do mercado, são essenciais no mapeamento da cultura e do poder, segundo Zukin (2000).

Depois do que foi aqui exposto sobre o estudo da paisagem, no capítulo a seguir, ocupar-nos-emos do estudo da paisagem do município de Quissamã e, sobretudo, do seu patrimônio histórico-arquitetônico relacionado às fazendas construídas durante o ciclo do açúcar.

Capítulo 3

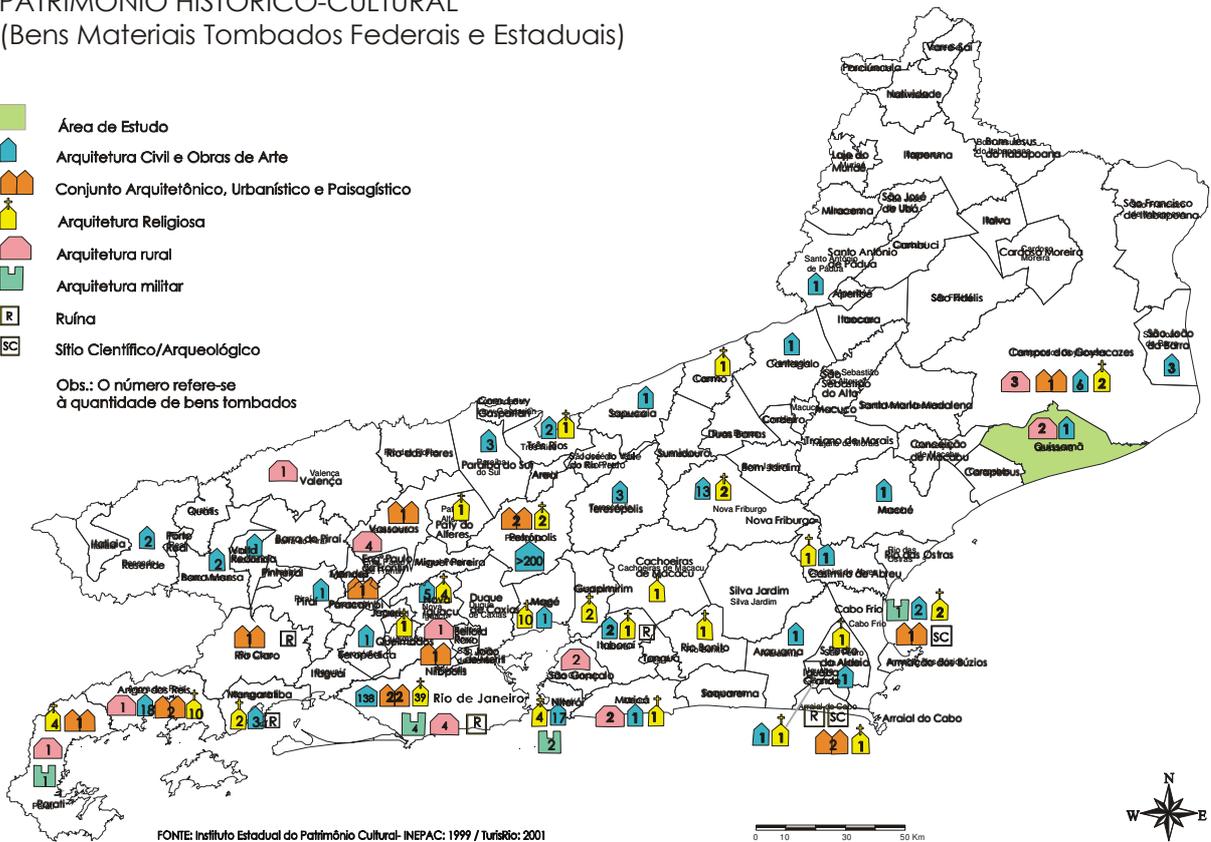
**O patrimônio como marca de qualificação da paisagem de Quissamã:
identidade cultural, poder e consumo**

PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

(Bens Materiais Tombados Federais e Estaduais)

- Área de Estudo
- Arquitetura Civil e Obras de Arte
- Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico
- Arquitetura Religiosa
- Arquitetura rural
- Arquitetura militar
- R Ruína
- SC Sítio Científico/Arqueológico

Obs.: O número refere-se à quantidade de bens tombados



FONTE: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural- INEPAC: 1999 / Turismo: 2001

0 10 30 50 Km



Neste capítulo estabeleceremos relações entre o que foi anteriormente exposto sobre patrimônio e a forma a partir da qual isto pode ser lido no município de Quissamã, sob a perspectiva da paisagem do município.

Focalizaremos o patrimônio do município buscando caracterizá-lo simultaneamente como marca e matriz para as ações da sociedade local. Além disto, observaremos como a paisagem expressa/simboliza as relações de dominação históricas no município, e como, hoje em dia, o patrimônio, ao mesmo tempo que atua na construção de uma identidade local, serve como possibilidade de renda monopolista no mercado do turismo cultural.

Embasamo-nos, para o desenvolvimento desta seção de nossa dissertação, nos trabalhos de Rua (2003), acerca do processo de modernização do município de Quissamã, Marafon & Castro Barbosa (2001), sobre a formação do complexo agroindustrial sucro-alcóoleiro no Norte Fluminense, e Souza (2003), que trata da reestruturação do espaço agrário de Quissamã face à diversificação de culturas.⁹

O município de Quissamã está localizado na Região Norte Fluminense, segundo regionalização¹⁰ adotada pelo CIDE (conforme observado na figura 1 da introdução deste trabalho). Esta é a região que apresenta maior grau de homogeneidade do estado. Tal homogeneidade vincula-se antes de tudo a sua história. Localizados na planície campista, foi desenvolvida nestes municípios a cultura da cana de açúcar.

⁹ Esses trabalhos, vale ressaltar, puderam ser acompanhados de perto ao longo da Graduação e dos anos como bolsista do NEGEF, quando atuamos no Projeto “Diagnóstico Sócio-ambiental do Município de Quissamã”. A inserção neste projeto, no ano 2000, possibilitou também o acúmulo de experiências de campo fundamentais para elaboração deste texto.

¹⁰ Uma discussão sobre regionalização do estado do Rio de Janeiro sob o ponto de vista da implementação das políticas públicas pode ser encontrada em Castro (2003).

O apogeu da agricultura canavieira é um importante fato da história econômica do Brasil. A suntuosidade deste período encontra-se materializada na paisagem através dos casarões, sedes destas fazendas. A própria paisagem da cultura da cana ainda é emblemática, constituindo verdadeiros “mares” de cana a perder de vista. A essa paisagem, que podemos denominar de residual e que identifica esses municípios como pertencentes a uma região, na medida em que partilham os anseios e os problemas sociais e políticos, começa a ser sobreposta por um elemento de modernização que vai se juntar a este mais antigo, qual seja, o petróleo da Bacia de Campos.

A instalação da Petrobrás em Macaé e os *royalties* pagos em decorrência da atividade petrolífera, acarretaram um novo processo de identificação regional. A dependência com relação à lavoura canavieira foi gradativamente substituída pela dependência dos *royalties* pagos pela Petrobrás.

Percebe-se a importância desses recursos nos mais diversos setores desde a área cultural e educacional até o sistema de comunicações. Mesmo assim alguns problemas vêm sendo observados e discutidos.

O primeiro problema que se coloca é que estes *royalties* são distribuídos por critérios exclusivamente políticos. Estes recursos já representam mais de cinquenta por cento do total da arrecadação municipal. E se os critérios para a distribuição deste dinheiro mudasse? Alguns afirmam que Quissamã seria inviável sem o petróleo. Embora as autoridades já estejam alertadas para o quadro de dependência, este vem se mostrando de difícil reversão, com exceção do cultivo do coco, criando assim novas incertezas (Rua, 2003).

Em nosso trabalho procuraremos discutir então como este patrimônio, legado do apogeu do açúcar, passa a ser vinculado a uma estratégia de gestão municipal, na qual o que se busca é a construção de uma alternativa aos possíveis problemas acarretados com fim dos recursos dos *royalties* do petróleo.

3.1. O processo de modernização no município de Quissamã

Em 2003, o professor João Rua defendeu sua tese de doutoramento intitulada: “*Seguindo novos caminhos: transformações territoriais e modernização no município de Quissamã – RJ. Uma contribuição para o desenvolvimento local*”. Este trabalho foi resultado de intensas pesquisas realizadas durante quase uma década pelo pesquisador.

A obra de Rua, bastante ampla e aprofundada, necessita, hoje, de algumas revisões que já eram anunciadas pelo próprio autor. Segundo ele, Quissamã muda e vai mudar ainda. A recente e decisiva etapa de integração do município em escalas mais amplas o coloca em quadro de permanente transformação.

Este nosso capítulo, cabe ressaltar, guarda muito da leitura do trabalho de Rua. Procuraremos ocupar-nos de um ponto que foi estudado por esse autor e que hoje adquiriu maior relevância, constituindo-se como peça chave para as ações políticas no município: a valorização de seu patrimônio.¹¹ Nossa intenção é acrescentarmos novos elementos no sentido de caracterizar outras leituras sobre a re-valorização de bens patrimoniais históricos.

¹¹ Dito isto evitaremos o uso de sucessivas citações a esta tese.

O processo de modernização indica, para Featherstone (1995), os efeitos do desenvolvimento econômico sobre as estruturas sociais e os valores tradicionais. As transformações relacionadas ao processo de modernização por que o município de Quissamã vem passando, há mais de um século, inserem-se no mesmo panorama que a modernização do Brasil, guardando as mesmas características, a de ser uma modernização conservadora.

Essa modernização deixa de lado as relações sociais, que permanecem extremamente desiguais, reforçando, no caso de Quissamã, o poder de uma oligarquia. Porém, algumas indicações de mudança começam a aparecer com a chegada de novos agentes sociais que se superpõe aos já estabelecidos, disputando com eles o poder político e as opções de intervenção que surgem desta situação.

As relações de disputa entre estes agentes levaria a uma crise no sentido gramsciano, onde o “velho” morre mas o “novo” não consegue se manifestar plenamente. O “velho” seria constituído de espacialidades tradicionais visivelmente delimitadas, já o “novo” seria constituído das espacialidades diversas onde se notam tanto a força dos elementos culturais quanto a dos elementos políticos ligados à gestão de um espaço que passa a ter relações com diversas escalas (Rua, 2003).

Com o advento desse processo de modernização, as relações estabelecidas entre seus habitantes e seus lugares de vivência vão sendo modificadas devido às novas relações externas. As relações que eram marcadas pela presença, pelo contato face a face passam a ser marcadas pela ausência. Na medida em que novas pessoas chegam a cidade, o sentimento com relação ao lugar muda.

Em uma das entrevistas realizadas em trabalho de campo, um informante de mais idade nos afirmou que a praça, que guarda o coreto, a igreja matriz e o poder público ao seu redor (observados nas fotos a seguir), não era mais dela, pelo fato de haverem ali muitas pessoas que não conhecia. Misturam-se, no cotidiano dos habitantes de Quissamã, imigrantes recém-chegados, que vieram como novos contratados pela prefeitura (uma das que pagam os melhores salários do estado), aqueles que chegaram de olho no surto de crescimento do município, aqueles que trabalham na base de operações da Petrobrás situada no município, e que estão permanentemente utilizando hotéis e pousadas do lugar, juntamente com aqueles quissamaenses que fizeram uma migração de retorno, voltando ao lugar de origem, depois de um tempo em cidades como Rio de Janeiro e Niterói.

Os habitantes do município passam a vivenciar, como já foi colocado, outras escalas espaciais. Seja no simples contato com esses novos habitantes, seja na inserção nas redes de telemática, ou na vivência de outros lugares, possibilitada pela melhoria do sistema de transportes.

É necessário salientar que esta possibilidade de vivência de outras escalas espaciais, relacionada ao processo de compressão tempo-espço, é desigual, sendo apropriada de forma diferenciada pelos diversos setores da sociedade. Enquanto a elite ligada ao poder público e a algumas pequenas empresas está integrada a uma espacialidade aberta a utilizando em seu proveito, uma parte da população sequer conhece Macaé, tornando-se “prisioneira” na espacialidade marcada pela compressão espaço-temporal. A maior parte da população que vai a Macaé, vai somente fazer compras. Dessa forma, a vivência de outras espacialidades fica



**Foto 4: O coreto e a Igreja Matriz marcam juntamente com a prefeitura (localizada na antiga casa de formação) a Praça principal do município.
Foto: Demian Garcia Castro, 2005.**



**Foto 5: A prefeitura funciona em um antigo casarão construído em 1870 com o intuito de ser uma casa de formação para os netos do Visconde de Araruama.
Foto: Demian Garcia Castro, 2005.**

restrita a pequena parte da população. Contudo todos têm sua vida alterada por eventos fora da escala do local, como observa Rua (2003).

As relações de distanciamento e/ou proximidade de Quissamã, em relação à capital do estado, foi sendo alterada de acordo com as rodadas de compressão tempo-espço e com as relações sociais estabelecidas por sua elite com o poder central. As relações pessoais da aristocracia local a época do império, trouxeram a antiga vila de Macaé o Imperador D. Pedro II, fato narrado por Mariani (2005).

Essa aproximação depois se tornou distanciamento no período de prolongada crise na maior parte do século XX. A proximidade atual, também instantaneidade, relaciona-se ao novo papel que a região da qual Quissamã faz parte vem adquirindo no cenário estadual.

Ao mesmo tempo em que as relações espaço temporais são alteradas, com o mundo se comprimindo em Quissamã, e Quissamã se alongado para o mundo, como que em resposta a este processo, a dimensão da cultura local e suas singularidades vêm sendo cada vez mais ressaltadas. Rua (2003, p.91) observa que “fala-se mesmo em *espírito do lugar* com os comportamentos típicos de seus habitantes, sua sintaxe, sua música, enfim, suas singularidades contidas na paisagem”. Assim, começou a ser construído e sustentado um sentimento de “nativismo”, assentado na “criação histórica” local.

Esta história provém do fato de o município estar situado em um ambiente que criou condições especiais para o incremento da monocultura canavieira. Esta atividade vem se desenvolvendo desde o final do século XVIII, tendo desdobramentos sociais, políticos, econômicos e também culturais. Foi a primeira atividade estruturante do espaço regional. Hoje a atividade que marca a região Norte

Fluminense como um elemento desestruturante/reestruturante é a extração de petróleo.

A ação da Petrobrás no município, a partir do final da década de 1980, além de um marco econômico é também político e cultural, na medida em que as características que Quissamã assume nos últimos anos estão nela pautadas.

O município de Quissamã constituía nos anos oitenta, desconhecida vila do município de Macaé, cercada por canaviais. Com a Constituição de 1988, que tornou os municípios entes administrativos, a antiga vila vislumbrou nos recursos do petróleo a sustentabilidade financeira que precisava para tornar-se município. Depois do plebiscito realizado em 12 de Junho de 1988, foi sancionada, no dia 4 de janeiro de 1989, a Lei Estadual que oficializou a criação do município. Em novembro daquele ano foi realizada a eleição para prefeito e em 1^o de janeiro de 1990 tomou posse Otávio Carneiro da Silva (Municípios em Revista, 1994).¹²

No decorrer da década de 1990, o recente município melhorou a infraestrutura urbana, investindo em saneamento, pavimentação de vias e direcionou investimentos para criação de rede escolar e postos de saúde. A emancipação trouxe atividades, que relacionam-se simultaneamente à modernização da agricultura e as novas demandas dessa atividade e a novos padrões sócio-culturais induzidos pela urbanização.

Os novos agente urbanos, introduzidos a partir da emancipação, reivindicam mudanças na agricultura. A proposta baseia-se na diversificação de culturas, em contraposição à histórica centralidade da monocultura canavieira.

¹² A eleição para prefeitura expressa o histórico poder político da família Carneiro da Silva, sendo um fato emblemático, pois desde o século XVIII, estes são os detentores do poder local. O Conde de Araruama chamava-se Bento Carneiro da Silva; o 1^o Visconde de Quissamã, José Caetano Carneiro

No passado, em que a monocultura da cana de açúcar se destacava, os pequenos agricultores não tinham poder de barganha com a Usina pelo fato de esta ser a detentora de boa parte das terras de produção de cana. Os usineiros impunham suas regras e subjugavam o agricultor.

Os agricultores, descapitalizados plantadores de cana, por uma relação histórico cultural, começam, a partir da construção do horto municipal, a receber incentivos para que diversificassem suas produções. O horto começou a servir como laboratório para a implementação de novas espécies como o coco e o abacaxi, por exemplo. A produção dessas frutas garantiria aos produtores maior rentabilidade por área plantada, libertando-os do jogo da Usina.

A produção de frutas recebe incentivos econômicos a partir da ação do governo estadual, que criou e implementou o projeto de fruticultura irrigada, denominado Frutificar, nas Regiões Norte e Noroeste Fluminense.

O Frutificar recebeu apoio do Banco do Brasil e do BNDES. Em resumo, ele visa a financiar o plantio de coco, maracujá e abacaxi em até cento e cinquenta mil reais, em áreas de dois a dez hectares. A produção é absorvida por uma empresa integradora que fica obrigada a comprar cem por cento de todas as frutas produzidas. Os agricultores, por sua parte, ficam obrigados a vender cinquenta por cento da sua produção.

da Silva; o Visconde de Ururá, Manoel Carneiro da Silva. O atual prefeito chama-se Armando Carneiro da Silva.

Apesar de ser um projeto voltado para os pequenos produtores, de acordo com dados de órgãos oficiais, a maior parte dos contemplados com financiamentos são médios e grandes produtores.¹³

Embora apresentemos críticas relativas à implementação do projeto, principalmente em termos de modificação da estrutura da renda no campo, notamos que em Quissamã, a partir da implantação do Projeto Frutificar, foi incrementada a produção de coco, de forma que hoje o município responde como o maior produtor do estado do Rio de Janeiro.

A fruticultura irrigada começa a se constituir em elemento chave em torno do qual gravitam novas atividades reestruturando as antigas. Em um painel de conservadorismo arraigado, estes novos setores, que possuem também uma origem externa¹⁴, começam a buscar bases para algum tipo de mudança. A fruticultura irrigada parece se apresentar como um componente que auxiliará uma certa ruptura, ao alimentar a política de diversificação de cultivos. Desenvolve-se, como observa Rua (2003), certo confronto entre os agentes ligados à velha ordem, hoje bastante fragilizados, devido à venda da usina, e aqueles ligados à nova ordem globalizada e, tecnologicamente, mais avançada.

Rua (2003) lembra-nos de que um outro grupo, pautado na velha ordem, contrária à diversificação de culturas, sustenta o discurso da dependência da lavoura canieira, relacionando-o a identidade local desse cultivo e a importância de suas raízes históricas. Sempre reclamando que são deixados à própria sorte pelo poder

¹³ A respeito do Frutificar, encontramos, no trabalho de Souza (2003), contribuições que nos permitem ter visão mais ampla acerca desse projeto, estruturado e implementado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁴ O presidente da cooperativa de produtores, vale acrescentar, atuava no mercado financeiro da cidade do Rio de Janeiro onde residia bairro da Barra da Tijuca. Trocou de domicílio e passou a investir em atividades produtivas em Quissamã.

local que não enxerga o quão fundamental é essa atividade para o município, esse discurso sempre surte efeito. Tanto surte, que percebe-se certa reação desse setor ao renegociar suas dívidas com a prefeitura e a receber investimentos de empresas interessadas em atuar em Quissamã.

Há três anos atrás a Usina foi comprada pelo grupo J. Pessoa e desativada. Hoje a Usina de Quissamã, inaugurada em 1877, está sendo negociada com a prefeitura a fim de que seja instalado o museu do açúcar em suas dependências. Nesta negociação, dívidas acumuladas com a prefeitura foram amortizadas em troca de imóveis, as sedes históricas de fazendas.

Esta sendo anunciada pela imprensa local a instalação de nova usina pelo grupo J. Pessoa. Segundo o Jornal da Cana, os equipamentos da nova processadora estavam instalados na destilaria Agromar, desativada no Rio Grande do Norte. Seriam transferidos para o município assim que houvesse a liberação da licença ambiental para entrar em operação.

A expectativa é de que a usina comece a operar a partir da safra 2006/2007, com moagem de um milhão e meio de toneladas por ano. J. Pessoa pretende investir também na expansão da área plantada com cana, com a intenção de que esta ocupe doze mil hectares.

Os números precisam ser analisados com cautela, mas também não se pode esquecer de que os modelos de carros bicombustíveis colocados recentemente no mercado, com grande procura por parte dos consumidores, representam incentivo a novos investimentos no setor alcooleiro para acompanhar estas inovações.



**Foto 6: A agricultura canavieira domina a paisagem do município.
Foto: José Luiz Amado de M. Souza, 2005**



**Foto 7: O Engenho Central de Quissamã, o primeiro a ser construído na América Latina,
está para se tornar o primeiro museu do açúcar.
Foto: Demian Garcia Castro, 2005**

Há assim um retorno a uma espacialidade tradicional relacionada ao cultivo da cana. Depois de sobreposta pelo petróleo, pela diversificação de culturas e pelo turismo (este último ainda incipiente), a cultura da cana volta a ganhar espaço, só que agora de forma revigorada por um grande grupo empresarial. Este começa a figurar como mais um elemento a participar do jogo político local, dominado por agentes que vinculam-se a história da sociedade quissamaense. O usineiro entra nesse jogo como um grande gerador de empregos diretos e indiretos, como o maior pagador de ICMS do município, além de maior proprietário de terras. Esta figura do usineiro, que esteve historicamente ligada a aristocracia local, no momento atual, provém de uma lógica de mercado, externa, integra redes empresariais nacionais e internacionais. A retomada das atividades canavieiras, provavelmente, acarretarão novo rearranjo das forças hegemônicas locais, que deverá ser interpretado de acordo com a nova ordem constituída, pelas forças políticas e econômicas.

Traçado este quadro mais geral sobre o processo de modernização do município, podemos avaliar que a diversificação de culturas e as novas bases para a cultura da cana, podem representar uma alternativa econômica caso escasseiem os recursos provenientes do pagamento dos *royalties* do petróleo ao município. Além desses dois fatores um outro pode ser acrescentado, o turismo.

A atividade turística vem sendo recebendo grande destaque por parte da atual administração municipal. Depois de ser desenvolvida a estratégia de investir em um turismo sol e praia, na tentativa de identificar do município com a Costa do Sol, atualmente, investe-se no turismo voltado sobretudo para aspectos e espaços singulares de Quissamã: a restinga de Jurubatiba, casarões históricos e elementos

da cultura local como o jongo, o fado e a culinária. A seguir, ocupar-nos-emos dessas singularidades, observando o processo de recriação do passado.

3.2 A paisagem marca e matriz para/da sociedade de Quissamã e sua relação com o consumo cultural

Através do material histórico disponível desenvolve-se construções simbólicas a respeito do passado. Com essas representações do passado criamos o presente e o que se pretende para o futuro. Esse material histórico legitima a unidade espacial ao provê-lo de uma identidade compartilhada. A paisagem, a culinária, a música, entre outros fatores, podem ser utilizadas para a construção dessa identidade.

A construção da identidade quissamaense passa pela valorização de seu patrimônio, com a re-criação de tradições locais. Valorizam-se os casarões sedes das fazendas do período áureo do açúcar, o fado, o jongo, a culinária de origens portuguesa e africana, e também os aspectos naturais, relacionados a restinga de Jurubatiba, aos quais não nos prenderemos aqui.

A identificação dos quissamaenses com seu espaço de vivência sempre foi destacada. Em diversas entrevistas e conversas informais no município notamos que mesmo antes da emancipação os habitantes da antiga vila não se consideravam macaenses, já havendo desenvolvido um sentimento de pertencimento àquela parcela do espaço.

Esse sentimento de pertencimento relaciona-se aos diversos elementos ligados à histórica presença da cultura da cana no município, que se constitui como herança, ao mesmo tempo, material e simbólica. A paisagem é simultaneamente real e representação, marca e matriz para a ação das sociedades.

Para Cosgrove (1998) a paisagem reproduz as normas culturais estabelecendo os valores do grupo dominante de uma determinada sociedade. Através da paisagem o grupo dominante tem seu poder sustentado e reproduzido já que esta paisagem tem a capacidade de comunicar uma imagem de mundo que acaba sendo aceita e compartilhada como espelho da realidade de toda a população. Na paisagem quissamaense, marcada pelos canaviais, pelas palmeiras imperiais e por suntuosas sedes de fazendas, são reproduzidos valores que são incorporados ao cotidiano das pessoas. Voltaremos a esta discussão mais a frente ao discutir o patrimônio edificado do município.

O processo de re-criação das tradições locais tem colocado em destaque o jongo, o fado e a culinária local, bens intangíveis do lugar, valorizados conjuntamente com seus bens materiais. Essas ações de recriação do passado estão sendo realizadas tanto pelas Secretarias de Educação e Cultura quanto pela Secretaria de Turismo, visando à construção da identidade local, pautada na valorização da história rica e diversa que o município possui.

Tais ações vêm sendo desdobradas com a implantação de projetos nas escolas do município, como o projeto “Quissamã: sua gente e sua história”. Observamos, aqui, o importante e histórico, papel da Escola como agente de identificação. A Escola, que no início da formação dos Estados Modernos exerceu este papel na criação de nacionalismos, volta a ter hoje na formação da identidade local quissamaense.

Um dos elementos de destaque da cultura local é o fado. Este fado, nada tem em comum com aquele estilo de música de origem portuguesa: sua origem é, possivelmente, afro-brasileira. Até mesmo dentro do estado do Rio de Janeiro o

termo fado não designa o mesmo acontecimento musical. O fado executado em Quissamã é pertencente à área dos fandangos, muito executado na Região Sul do país. Uma suíte dançada ao som da viola e do pandeiro, incluindo ainda palmas e sapateados, o fado possui uma coreografia que assemelha-se à quadrilha européia, porém originaliza-se pelo ritmo e pelos versos rústicos dos cantadores repentistas, esses versos combinam imagens sagradas e refrões que cantam fatos do cotidiano, como descreve Travassos (2005).

O tambor (nome local do jongo) é uma dança semi-religiosa que mantém contato com práticas relacionadas a cultos afrobrasileiros, além dos jongueiros manterem uma ligação com estes cultos religiosos. Vale ressaltar, que mesmo tendo essa característica, não se confunde com dança ritual, pois não há possessão de espírito.

O jongo realiza-se em terreiros, seus participantes ficam dispostos em círculo, e a forma de cantar é marcada pelos tambores, havendo diversas semelhanças com movimentos de danças rituais. A forma musical cantada do jongo denomina-se ponto, o dançador solista entoa o ponto sendo acompanhado pelos demais da roda, ocorrendo posteriormente trocas de solistas entre os participantes. O ritmo é marcado com palmas e pelo movimento de corpo dos dançadores, além, é claro, da batida dos tambores, conforme descreve Castro Cavalcanti (2005).

O tambor esteve em franca decadência em Quissamã, os donos dos tambores já quase não existiam mais, e não se percebia a sua transferência para as gerações mais jovens.

A difícil aceitação do jongo, bem como do fado, pelos mais jovens, contribuiu para que ambos perdessem um pouco de força e mesmo de representatividade na

cultura local, já que era cada vez menor o número de praticantes destas atividades culturais.

Entretanto, com o atual processo de re-invenção do passado começa a haver uma correlata re-valorização destas atividades culturais locais, até mesmo pela população mais jovem. As atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, visando à re-construção da identidade quissamense, tem contribuído neste processo. Ressalta-se que as ações vinculadas à incrementação do turismo histórico no município também têm colaborado neste sentido, à medida que é mais um elemento a ser consumido dentro do simulacro que é construído para o deleite do turista.

Em um dos nossos trabalhos de campo pudemos assistir à apresentação do grupo de jongo “Tambores da Machadinha”. Este grupo, proveniente do local que o nomeia, é composto por diversos descendentes de escravos de variadas idades. Há ao mesmo tempo uma re-criação da identidade, que já passava à lembrança, e uma possibilidade de lucrar com venda desta etnicidade, por este grupo social com poucas possibilidades de venda de sua força de trabalho.

Neste processo participa a ONG Brasil Mestiço, que vem preparando grupos de fado e de jongo para se apresentarem para turistas. Há uma preocupação de tornar estes elementos da cultura popular mais palatáveis ao turista, ou melhor, mais vendáveis. Esta aceitação passa pela construção de cena, figurino, coreografia, etc. Em entrevista na recém inaugurada agência de turismo Quissolmar, foi oferecido-nos um pacote com um roteiro que incluía além dos casarões, uma visita à senzala de Machadinha, com apresentação de jongo e degustação de culinária típica dos escravos.

Rua (2003) destacava que no resgate da culinária portuguesa estava presente um processo histórico de desigualdade: enquanto que poder-se-ia ter acesso a doces como pastéis de nata, da culinária da cultura negra pouco havia sobrado. Hoje os elementos desta cozinha podem ser novamente apreciados, são considerados como valores a serem agregados a um atrativo turístico.

Chamamos à atenção não são só para as novas possibilidades de acesso a essa cultura que havia praticamente sido extinta, mas, também, para o fato de ela estar sendo sucessivamente re-inventada. Provavelmente diversos elementos destas culturas foram alterados, este é um dado. Tais alterações nos dias atuais se alicerçam quase que exclusivamente nos interesses do capital. Estas metamorfoses da identidade quissamaense, podemos afirmar, ocorrem num contexto de ampliação da lógica do consumo capitalista que baliza dialeticamente a re-criação de valores locais.

Na seção seguinte, ocupar-nos-emos do patrimônio arquitetônico do município, compreendido como elemento principal destas novas relações para o consumo turístico. Exploraremos o processo de constituição deste patrimônio para entender como guarda consigo relações simbólicas que permeiam a desigualdade social local atrelada ao histórico poder da família Araruama.

3.3 A constituição do Patrimônio Arquitetônico de Quissamã e o poder da Família Araruama¹⁵

¹⁵ Para as discussões desta seção do capítulo foram fundamentais os artigos do livro Quissamã, publicado em 1987 pelo IPHAN e pela Fundação pró-memória e reeditado este ano pela prefeitura. Na abertura do livro o atual prefeito destaca que “o resgate da história de Quissamã é compromisso que assumi e que venho traduzindo em projetos de restauração na arquitetura e também nos valores como a culinária, a música, a dança entre tantos. Por isso, o relançamento deste livro, no ano em que comemoramos 15 anos de Emancipação Político-Administrativa, implica em mostrar o seu conteúdo tão importante, avaliando nossas ações para a preservação da nossa história”.

A história de Quissamã começa por volta da metade do século XVII quando os “Sete Capitães” receberam do Governador Martin de Sá as terras entre o Rio Macaé e o Cabo de São Tomé como pagamento aos seus serviços prestados à coroa portuguesa. O nome do lugar poderia ter vindo de um destes “Sete Capitães”, porém surge em uma das viagens dos “Capitães” para exploração da sesmaria. Em 1632, em um lugar que depois ficou conhecido como Aldeia Nova, eles encontraram, no meio de um grupo de índios, um negro que dizia ser livre. Ao ser perguntado sobre a sua origem, ele respondeu ser da nação Quissama, na África. Depois do ocorrido aquele sítio passou a ser chamado por Quissamã (Município em Revista,1994).

O processo de ocupação do lugarejo iniciou-se em 1777, quando o capitão Manuel Carneiro da Silva construiu a casa Mato de Pipa, que recebeu este nome por causa de uma espécie de vegetação conhecida como arco de pipa que abundava naquele lugar (Município em Revista,1994).

Foi nesta casa que nasceram as gerações que instituíram a aristocracia de Quissamã. Lá nasceu, José Carneiro da Silva, 1º Visconde de Araruama, cujos descendentes tornaram-se os proprietários dos solares de Mandiquera, Quissamã, Melo, Monte Cedro e das demais fazendas históricas de Quissamã (Mariani,2005). Em 1983, os descendentes do 1º Visconde de Araruama fundaram a Associação dos Amigos de Mato de Pipa com o objetivo de preservar simultaneamente a história de Quissamã e a da família. (ver foto da Casa Mato de Pipa na página seguinte)

Está presente, em Quissamã, um dos mais completos testemunhos de importante período da vida social brasileira. Quem visita o município tem a impressão de recortar um pequeno mundo isolado do mapa do estado do Rio de

Janeiro. Várias facetas do seu passado ainda se fazem presentes na sociedade local, lembrando a época dos engenhos e dos barões, tanto em aspectos materiais e quanto imateriais. As velhas palmeiras marcando as entradas das fazendas senhoriais, as sedes destas fazendas, a Igreja Matriz e o coreto na antiga freguesia, o pastel de nata e a culinária de origem portuguesa, o fado típico da localidade e a calma de uma vila do interior, nos transportam para um outro período de nossa história, a época áurea da economia canavieira no transcorrer do período Imperial.

Com a instalação da corte na cidade do Rio de Janeiro, o interior do estado ganhou destaque no cenário nacional. A notoriedade de Quissamã, em particular, foi devido não só ao sucesso da economia açucareira mas também às relações pessoais que seus patriarcas haviam estabelecido com a corte.

O valor político que Quissamã teve durante o Império pode ser medido pelo prestígio de seus chefes políticos entre eles José Carneiro da Silva (1788 - 1864), o 1º Visconde de Araruama, a figura política de maior destaque na localidade, espécie de chefe político regional. Além de José Carneiro da Silva, diversos membros da família Araruama, grandes latifundiários locais, tiveram destaque no período imperial entre o quais podemos citar: Bento Carneiro da Silva (Conde de Araruama) titular da



**Foto 8: A casa Mato de Pipa, construída em estilo bandeirista em 1777,
é considerada a casa “mãe” da aristocracia local
Foto: site da prefeitura, 2005**

Fazenda Mandiquera; Manuel Carneiro da Silva (Visconde de Ururá) da Fazenda Machadinha; José Caetano Carneiro da Silva (Visconde de Quissamã) da Fazenda Quissamã e São Miguel; João José Carneiro da Silva (Barão de Monte Cedro) da Fazenda Monte de Cedro; entre outros. (Mariani, 2005 e Calvente, 2005)

As casas dos fazendeiros de Quissamã eram bem distintas das pertencentes aos senhores de engenho do Nordeste do Brasil: estas não possuíam preocupações defensivas, com fisionomias de fortaleza destinadas a defender-se dos invasores, aquelas, ao contrário, eram espaçosas e confortáveis mansões que serviam de domicílio permanente para as subseqüentes gerações que dominaram Quissamã. (Mariani, 2005)

De todas as sedes de fazendas em Quissamã, as mais destacadas foram as sedes da Mandiquera (foto 3 visualizada na abertura do capítulo 2) e da Machadinha, ambas sob o requintado padrão neoclássico. Estas foram erguidas na fase áurea do açúcar como testemunhos da grandeza e do poderio da dinastia dos Araruama. Nelas seus proprietários criaram uma atmosfera com toda a sofisticação da vida da corte, como Calvente (2005) observa.

Entre os atuais proprietários da maior parte destas fazendas estão os descendentes da família Araruama. Cavalcanti (2005) destaca que esta estaria entre as principais dificuldades para motivar uma gama maior da população de Quissamã a preservar seu patrimônio histórico e arquitetônico. Para Mariani (2005), cultivar o passado com suas tradições permite, de certa maneira, legitimar o presente.

Segundo Cavalcanti (2005), a época da realização de sua pesquisa (1987), não havia nenhum bem relevante de pedra e cal de uso público no município. O acervo, composto por sedes de fazendas e residências familiares, só era

freqüentado por pessoas relacionadas às famílias proprietárias. De acordo com o autor, em Quissamã, o domínio do privado é predominante, o que faz com que as visitas fiquem restritas à pessoas de absoluta intimidade de seus familiares.

O significado que este patrimônio recebe pela população local vai ser bem distinto. Como expõe Cavalcanti (2005),

Enquanto para os descendentes dos Araruama, o passado, de certo modo legitima o presente, traduzindo alguma nostalgia no papel que seu grupo e Quissamã desempenharam na sociedade brasileira. Para os mais pobres, muitos dos quais descendes de escravos, as casas grandes e senzalas ainda existentes guardam lembranças de um passado de extrema dominação que certamente, não desejam cultivar. (Cavalcanti, 2005, p.196)

É sobre esta cena, na qual é expressa a hegemonia do Araruama, que se constroem as políticas para a valorização do patrimônio local. Os novos significados conectados ao turismo, e a renda monopolista que este patrimônio pode gerar, não desqualifica os antigos, vinculados ao poder de uma família, expresso suntuosamente na paisagem.

3.4 As políticas para re-criação do patrimônio de Quissamã

Em agosto de 2005, estivemos presente na solenidade de lançamento do Programa de Gestão Estratégica Orientada para Resultados, GEOR de Quissamã. O GEOR, fruto de parceria entre a prefeitura de Quissamã e o Sebrae-RJ, foi elaborado com a participação de diversos setores da sociedade local que compareceram às oficinas realizadas durante os dias 20 e 21 de junho deste ano.

Entre as metas do programa está o aumento do fluxo turístico no município em 10%, até 2006, e em 15%, até 2007. Durante o evento foi assinado acordo de resultados do Projeto Caminhos Singulares do Açúcar, dele participam como

parceiros da prefeitura o Banco do Brasil, o Sebrae, o Senac, o Ibama e a Preservale.

O secretário de Desenvolvimento Econômico de Quissamã, Haroldo Carneiro, apresentou as ações desenvolvidas pela prefeitura no primeiro semestre e as ações em andamento. Haroldo Carneiro enfatizou que o setor é uma das prioridades do atual governo por ser um grande gerador de empregos e pelo município possuir uma série de atrativos e pontos turísticos que podem ser explorados.

Em sua exposição o secretário ressaltou que o turismo é uma das principais fontes de divisas de vários países e um dos maiores geradores de empregos por investimentos. Ressaltou que a cadeia produtiva do turismo articula agências de viagens, produtores rurais, pequenas agroindústrias, hotéis e pousadas, proprietários dos casarões históricos, restaurantes e bares e as manifestações culturais, havendo possibilidade de crescimento em todos esses setores com o desenvolvimento desta atividade. Destacou ainda que para o crescimento desta atividade deve haver uma preocupação de preservação dos potenciais turísticos do município: o meio ambiente, o patrimônio histórico e os costumes e tradições.

O que percebemos em nossas atividade de campo é que a atual administração vem apostando na busca das singularidades do município, reforçando, como temos salientado, a identidade cultural dos seus habitantes e, conseqüentemente, reinventando uma “personalidade” para o lugar.

A prefeitura adotou como logomarca (Figura 3) de sua gestão um desenho estilizado da casa de Quissamã. Este logo esta presente nas camisas utilizadas pelos funcionários da prefeitura e também nos uniformes escolares. Assim, ao caminhar pelas ruas do município, sempre observa-se a tal logomarca, o que, de

certo modo, reforça, para seus habitantes, o sentimento de pertencimento a esta história local, ao mesmo tempo que identifica a mesma para seus visitantes.



Figura 3: A logomarca do município ressalta a importância do patrimônio para a atual gestão

Neste processo de identificação que é também de auto-reconhecimento na diferença, de se ver enquanto diferente do outro, e também ser visto pelo outro enquanto diferente, a prefeitura vem conseguindo atingir resultados: conseguiu desvencilhar a ligação direta que existe entre a valorização deste patrimônio e a manutenção de um *status quo* à família Araruama.

Conforme expusemos anteriormente, a escola vem assumindo papel chave neste processo, ao construir com as novas gerações um sentimento de apego a este patrimônio. Os alunos têm levado para casa este sentimento o incorporando à história de suas famílias, agindo assim como multiplicadores. Ao lado desse processo, percebe-se que ainda há uma resistência por parte das gerações mais velhas, que guardam em sua memória as lembranças de um passado de dominação, que certamente não querem referendar. Em nossas entrevistas foi recorrente a citação de que muito dinheiro está sendo gasto nos casarões, e que isso não seria desfrutado para eles.

A seguir, a título de exemplo, remeter-nos-emos a um dos projetos em curso pelo Departamento de Turismo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e

Geração de Renda, sobre as medidas a serem implantadas para o desenvolvimento do turismo¹⁶.

3.4.1 A Fazenda Machadinha como “alma” re-criada de Quissamã

O projeto de restauração do conjunto arquitetônico da Fazenda Machadinha prevê a intervenção nos seus aspectos históricos e culturais, e também nos aspectos relacionados à população que lá vive. Com a restauração das edificações objetivam-se o saneamento e a readaptação das construções históricas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade de Machadinha e o melhor atendimento ao turista, valorizando aspectos singulares da arquitetura vernacular¹⁷ e prolongando sua existência.

A Fazenda Machadinha constitui-se em um conjunto arquitetônico atualmente composto por: senzalas, utilizadas como habitações por descendentes de escravos; a capela e ruínas da casa grande podem ser observadas nas fotos abaixo.

Os registros históricos da Fazenda Machadinha datam das construções de 1833 e 1868. O projeto de restauração promovido pela prefeitura envolve, conforme anteriormente exposto, a valorização dos bens imateriais, como o fado, o jongo, a culinária e aspectos de religiosidade, que se somam a outras tradições locais. Procura-se, nesse sentido, recuperar aspectos do século XIX, possibilitando uma reordenação do espaço que protegerá sua identidade (Prefeitura de Quissamã, s/d).

¹⁶ Segue em anexo uma versão resumida do Plano para o Desenvolvimento do Turismo em Quissamã, ressaltamos que várias medidas ainda estão sendo discutidas, e outras necessitam da colaboração de terceiros, como o projeto Hotel Escola Mandiquêra, um dos elementos mais importantes do programa, que para ser posto em prática necessita que o proprietário aceite vender à prefeitura seu imóvel. A sede da fazenda Mandiquêra é a mais luxuosa das existentes no município, e a proposta da construção de um hotel em suas dependências muito contribuiria para a construção deste cenário do período áureo da economia canavieira para o consumo turístico.

¹⁷ A palavra vernacular associa-se as camadas populares, as pessoas comuns.

É importante ressaltar como o projeto valoriza a população excluída que, como nos é lembrado no Box I, a própria história acabou por ressaltar em manter as senzalas de pé, enquanto a casa grande entrou em ruínas. Estas ruínas da machadilha talvez sejam uma revanche da história. Talvez tenha a ver com o paradoxo de um lugar que foi dominado por uma aristocracia rural, onde a paisagem se constituiu sob o sistema de *plantation*, tenha mantido como toponímia uma referência a uma nação africana.



Foto 9: Senzala da Fazenda Machadinha
Foto: Extraída do site da prefeitura, 2005



Foto 10: Fazenda Machadinha
Foto: Demian Garcia Castro, 2005

BOX I

Já faz algum tempo que acredito na alma das coisas, e especialmente na alma dos lugares. A casa nunca é somente um invólucro de vida. Ela percebe esta vida, recebe dela seu sentido e lhe dá, também um novo sentido. E sabendo disso, visitei Machadinha. Sabendo disso me embebi de sua história.

O que diriam suas paredes, Machadinha, sobre as tantas gerações que ali viveram? E as janelas, sobre as vistas, a perder de vista, a Lagoa Feia, o canavial? As varandas, o pomar, o jardim, o engenho, sobre todas as vidas que ali trabalharam, viveram, nasceram e morreram? O que diria esta capelinha sobre as missas, as festas para a padroeira e os santos? E o que diriam as senzalas, que até hoje guardam em seu seio os descendentes dos antigos escravos? E onde foi parar a história, que nos livros só existem em fatos secos? Por que tamanha ironia, onde a casa grande se desvanece e a senzala continua de pé? Talvez não seja ironia, mas sabedoria. Talvez seja a volta da história, onde as ruínas tornarão a viver para dar lugar ao fado, à manifestação local, às festas e carnavais do povo. Quem sabe?

Vá, bem de mansinho, e pergunte ao Solar da Machadinha. Só ele tem a resposta.

Christiane Fontenele

(Prefeitura de Quissamã, s/d)

Reiniciando...

Ao chegar ao final desta dissertação retornamos ao ponto inicial: como em um movimento em espiral, houve a expansão, e agora retornamos, ao início. A diferença é que agora já temos este caminho percorrido e muito foi assimilado durante esse caminhar. Talvez agora estejamos prontos para começá-lo, mas esse novo começo talvez nos leve a novos olhares.

O trabalho não está acabado: nele, reconhecemos, há pontos que podem ser aprofundados. Depois de chegar até aqui paramos de fazê-lo, para avaliá-lo. Nessa avaliação o nosso olhar poderá revelar aquilo que passou despercebido.

Já no começo anunciávamos o quanto a pesquisa foi redirecionada: a nossa proposta era tratar comparativamente o patrimônio proveniente do período do café, no Vale do Paraíba Fluminense, com o patrimônio proveniente do período do açúcar, no Norte Fluminense. E chegamos a Quissamã, melhor dizendo, retornamos a Quissamã.

A discussão efetuada no primeiro capítulo teve por finalidade definir os discursos sobre o patrimônio. Avaliando as transformações que esta noção passou. Depois de estar amplamente vinculada ao nacionalismo, e às formas construídas, o patrimônio passa a se relacionar também ao imaterial e à escala local. A construção de identidades, anteriormente vinculada à escala da nação, passa a ocorrer no lugar, no município.

No período atual há uma grande valorização do passado. Esta responde pela insegurança na volatilidade das coisas, pela capacidade de uma elite de se autoafirmar neste passado, pela construção de identidade e também pelo consumo cultural.

As idéias apresentadas no primeiro capítulo podem parecer distantes de uma pesquisa de Geografia. Num primeiro momento, procuramos fazer uma apresentação e estabelecer uma leitura particular do tema. Acreditamos haver diversas possibilidades de abordagem do assunto dentro da ciência geográfica: a que nos pareceu mais válida, frente aos diálogos com a realidade empírica, foi a realizada através do conceito de paisagem.

No segundo capítulo buscamos construir uma abordagem geográfica ao patrimônio, tendo por base o estudo da paisagem. Depois de uma discussão sobre a origem do termo, focalizamos a contribuição de Sauer sobre a morfologia da paisagem. O trabalho deste autor foi de fundamental importância para a consolidação deste conceito na geografia, tanto na chamada Escola de Berkeley, quanto a partir das críticas efetuadas pela Nova Geografia Cultural.

A partir da década e 70 do século passado, passou a ser incorporada uma interpretação dos significados ao estudo da paisagem, além da análise morfológica saueriana.

A interpretação do simbolismo da paisagem chega ao nosso trabalho através de textos de Berque e Cosgrove, principalmente. Procuramos compreender a paisagem através das idéias de Berque (1998), segundo as quais esta é simultaneamente marca das ações da sociedade e matrizes para estas mesmas ações, e de Cosgrove (1998) que se posiciona afirmando que a paisagem revela as relações de dominação de uma dada sociedade.

O terceiro e último capítulo recebe o mesmo título que a dissertação. Nele buscamos articular o que foi construído nos dois primeiros capítulos e estabelecer um diálogo com a realidade empírica. Para tanto analisamos primeiramente o

processo de modernização em Quissamã, a fim de compreender como se configurou a paisagem atual e as relações postas entre a paisagem e a população local.

A paisagem canavieira é uma marca do município, bem como do Norte Fluminense, a suntuosidade de diversos casarões relacionados ao período mais próspero da economia da cana é uma singularidade de Quissamã. Mais singular ainda é o fato destes casarões guardarem a história de uma família que ocupa posição de prestígio e poder político desde o começo da ocupação de Quissamã até os dias de hoje: a família Carneiro da Silva (Araruama).

A valorização do patrimônio imaterial (o jongo, o fado, a culinária, etc.), juntamente a esse patrimônio arquitetônico, insere o município no roteiro do turismo cultural. Esse patrimônio dota Quissamã de uma renda monopolista, capaz de inserir no processo de reprodução ampliada do capital até mesmo aqueles que historicamente sempre foram excluídos e passaram a vislumbrar, neste consumo cultural, uma possibilidade de venda de sua força de trabalho através de sua particular etnicidade.

A nossa relação com o município em estudo ficou mais estreita depois da realização desta pesquisa. Permanece, porém, a vontade de conhecer Quissamã, e entender a suas aceleradas transformações, acompanhar os projetos em desenvolvimento na expectativa de seus resultados, bem como, voltar ao município simplesmente como um turista (se é que ainda é possível ter tal posicionamento) para fazer os roteiros que estão para ser implementados.

Enfim, diversas questões ainda continuam predispostas a serem desvendadas por novos olhares. Nossa dissertação veio acompanhando

processos ainda em curso. Nosso olhar nos permitiu revelar alguns problemas dentre outros que requerem resposta, não a resposta definitiva. Por hora esperamos que este trabalho seja realimentado com críticas pelos diversos agentes com que tivemos a oportunidade de dialogar neste processo e sirva de referência para o desenvolvimentos de outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. *Território*, Rio de Janeiro, ano III, n.4, p.5-26, jan./jun. 1998.

ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 316 p. p. 30-45

ARANTES, Otilia. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. 192p. p.11-74

BECKER, Howard S. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny (orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.123 p. p. 84-91(Série Geografia Cultural)

BOSI, Ecléia. *Memória e sociedade: Lembrança de velhos*. 4^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 484 p.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CALVENTE, Eurico Antonio. O acervo arquitetônico das fazendas de Quissamã. In: MARCHIORI, Maria Emília Prado et. al. *Quissamã*. 3^a ed. Rio de Janeiro: IPHAN / Fundação Nacional Pró-memória, 2005. 200p. p.51-110

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995. 292p.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4^a ed. São Paulo: Edusp, 2003. 385p.

CASTRO, Iná Elias de. Paisagem e turismo. De estética, nostalgia e política. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). *Paisagem e Turismo*. São Paulo: Contexto, 2002. 226p. p.121-140 (Coleção Turismo)

CASTRO, Demian Garcia. Regionalização do estado do Rio de Janeiro: uma nota sobre desenvolvimento e políticas públicas. In: MARAFON, Glaucio José & RIBEIRO, Miguel Ângelo. *Revisitando o território fluminense*. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003. 252p. p.85-110

CASTRO CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros. O jongo e a macumba. In: MARCHIORI, Maria Emília Prado et. al. *Quissamã*. 3ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN / Fundação Nacional Pró-memória, 2005. 200p. p.135-149

CAVALCANTI, Lauro. Tradição e modernidade: identidade cultural na freguesia de Quissamã. In: MARCHIORI, Maria Emília Prado et. al. *Quissamã*. 3ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN / Fundação Nacional Pró-memória, 2005. 200p. p.187-204

CHANTAL, Blanc-Pamard & RAISON, Jean-Pierre. Paisagem. In: *Enciclopédia Einaudi*. v.8. Lisboa: Casa da Moeda. 1986. p.138-159

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Paisagens, texto e identidade*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. 180p. p.13-74 (Série Geografia Cultural)

CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny (orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.123p. p.7-11(Série Geografia Cultural)

CORRÊA, Roberto Lobato. A geografia cultural e o urbano. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 224p. p.167-186

CORRÊA, Roberto Lobato. *A dimensão cultural da paisagem*. Palestra proferida por ocasião do encerramento da disciplina Espaço e Cultura, ministrada pela professora Zeny Rosendahl no curso de Mestrado em Geografia da UERJ. 2004

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.123 p. p.92-123 (Série Geografia Cultural)

COSGROVE, Denis. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas de teoria. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 224p. p.103-134

COSGROVE, Denis & Jackson, Peter. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Geografia cultural: um século* (2). Rio de Janeiro: Eduerj, 2000.112p. p.15-32

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1999. 256p.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 238p.

DUNCAN, James S. O supra-orgânico na geografia cultural americana. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 224p. p.63-102

FARIA, Luiz de Castro. Nacionalismo, nacionalismos – dualidade e polimorfia. In: CHUVA, Márcia (org.). *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. 80 p. p.27-40

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de Consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Nobel, 1995. 233 p.

FERRARA, Lucrecia d'Alessio. Os lugares improváveis. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). *Paisagem e Turismo*. São Paulo: Contexto, 2002. 226p. p. 65-82 (Coleção Turismo)

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: UFRJ / MinC-IPHAN, 2005. 296p.

FREITAS, Inês Aguiar de; PERES, Waldir Rugero; RAHY, Ione Salomão. A janela de Hitler. *GeoUERJ*, Revista do Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, n.6, p.29-36, jul./dez.1999.

GANDY, Matthew. Paisagem, estética e ideologia. In: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Paisagens, texto e identidade*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. 180p. p.75-90 (Série Geografia Cultural)

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991. 177p.

GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996. 368p.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / MinC – IPHAN, 2002a. 147p.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002b. 296p. p.36-41

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria do pensamento. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 316 p. p. 21-29

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400p.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349 p.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005. 252p.

HOBBSBAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLZER, Werther. Paisagem, Imaginário e Identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. 248 p. p.149-168 (Série Geografia Cultural)

IANNI, Otávio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Cada da Palavra, 2005. 157p.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 258 p.

LE BOSSÉ, Mathias. As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas. In: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Paisagens, texto e identidade*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. 180p. p.157-179 (Série Geografia Cultural)

LE GOFF, Jacques. Memória. In: Enciclopédia Einaudi. v. 1. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984a. p.11-50

LE GOFF, Jacques. Monumento/documento. In: *Enciclopédia Einaudi*. v.1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984b. p. 95-106

LUCHIARI, Maria Teresa D. Centros históricos – mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. 2005. *Anais...* São Paulo: USP, 2005. CD-ROM.

MAGALHÃES, Aloísio. *E triunfo?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MARAFON, Glaucio José & CASTRO BARBOSA, Pedro Paulo Biazzo. O papel do Complexo agroindustrial sucro-alcooleiro nas transformações sócio-espaciais do Norte Fluminense. In: MARAFON, Gláucio José e RIBEIRO, Marta Foeppe (orgs.). *Estudos de geografia fluminense*. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia UERJ, 2001. 208p. p.71-86

MARIANI, Alayde Wanderley. Quissamã, história e sociedade. In: MARCHIORI, Maria Emília Prado et. al. *Quissamã*. 3ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN / Fundação Nacional Pró-memória, 2005. 200p. p.32-49

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio A. *O espaço da diferença*. Campinas: Papius, 2000. 304p. p.176-185

MEINIG, Donald W. O olho que observa: dez visões da mesma cena. Espaço e Cultura, n. 13, 2002.

MELO, Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira. A paisagem sob a perspectiva das novas abordagens geográficas. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. 2005. *Anais...* São Paulo: USP, 2005. CD-ROM.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Por uma sócio-história do Estado no Brasil. In: CHUVA, Márcia (org.). *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. 80 p. p.67-80

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). *Paisagem e Turismo*. São Paulo: Contexto, 2002. 226p. p. 29-64 (Coleção Turismo)

MIKESELL, Marvin W. Pós-fácio: novos interesses, problemas não resolvidos e tarefas que persistem. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny (orgs.). *Geografia cultural: um século (2)*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2000.112p. p.85-109 (Série Geografia Cultural)

MONNET, Jérôme. *A simbólica dos lugares: para uma geografia das relações entre espaço, poder e identidade*. (Mimeo.) (s/d).

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, Antonio A. *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. 304p. p.256-287

MUNICÍPIOS EM REVISTA. *QUISSAMÃ – RJ*, N. 33, JUN. 1994.

NÍGRO, Cíntia. Da defesa do Patrimônio ao turismo cultural. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. 2005. *Anais...* São Paulo: USP, 2005. CD-ROM.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEN, Ruben George. Patrimônio Intangível: considerações iniciais. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 316p. p. 30-45

RUA, João & MARAFON, Glaucio José (orgs.). *Atlas Escolar do Município de Quissamã*. Quissamã: Prefeitura de Quissamã / Departamento de Geografia da UERJ, 2001.

RUA, João (coord.). *Quissamã: em busca de Novos Caminhos*. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia da UERJ / Prefeitura de Quissamã, 2000. 172p.

RUA, João. *Anotações de aula da disciplina Desenvolvimento e Transformações Espaciais*. Mestrado em Geografia da UERJ, 2004.

RUA, João. *Seguindo novos caminhos: transformações territoriais e modernização no município de Quissamã – RJ. Uma contribuição para o desenvolvimento local*. 336 f. Tese (Doutorado em Geografia). PPGG-USP, 2003.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 316p. p. 46-55

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002. 384 p.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny (orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998. 123 p. p.12-74 (Série Geografia Cultural)

SCHIAVO, Cléia & ZETTEL, Jayme (coords.). *Memória, cidade e cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj / IPHAN, 1997. 125p.

SOUZA, José Luiz Amado de Menezes e. A reestruturação do espaço agrário do município de Quissamã e a inserção de novas atividades agrícolas. In: MARAFON, Glaucio José & RIBEIRO, Miguel Ângelo. *Revisitando o território fluminense*. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003. 252p. p.207-236

TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas*. 3ed. ver. E aum. Petrópolis: Vozes / Brasília: INL, 1976. 384p.

TRAVASSOS, Elisabeth. O fado. In: MARCHIORI, Maria Emília Prado et. al. *Quissamã*. 3ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN / Fundação Nacional Pró-memória, 2005. 200p. p.171-185

YÁZIGI, Eduardo. A importância da paisagem. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). *Paisagem e Turismo*. São Paulo: Contexto, 2002. 226p. p.11-27 (Coleção Turismo)

_____. Mas afinal, o que é um samovar? Reconceituação de patrimônio ambiental urbano sob a globalização e a carência de recursos. In: HISTORICAL DIMENSIONS OF THE RELATIONSHIP BETWEEN SPACE AND CULTURE. 2003. *Anais...* Rio de Janeiro: International Geographical Union, 2003. CD-ROM.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In:
ARANTES, Antonio A. *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. 304p.
p.80-103

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)